

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

RENATO DE ALMEIDA FREITAS JÚNIOR

ABOLICIONISMO OU BARBÁRIE:  
ELEMENTOS PARA UMA CRÍTICA DO DIREITO

CURITIBA

2012

RENATO DE ALMEIDA FREITAS JÚNIOR

ABOLICIONISMO OU BARBÁRIE:  
ELEMENTOS PARA UMA CRÍTICA DO DIREITO

Monografia apresentada como requisito parcial  
à conclusão do Curso de Direito, da Faculdade  
de Direito, Setor Ciências Jurídicas,  
Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof. Priscilla Placha Sá

CURITIBA

2012

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

**RENATO DE ALMEIDA FREITAS JR**

### **ABOLICIONISMO OU BARBÁRIE: ELEMENTOS PARA UMA CRÍTICA DO DIREITO**

Monografia aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Direito, do Curso de Graduação Direito do Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Msc. Priscilla Placha Sá  
Universidade Federal do Paraná – UFPR

Coorientador: Prof. MSc. André Giamberardino  
Universidade Federal do Paraná – UFPR

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Katie Arguello  
Universidade Federal do Paraná – UFPR

Prof. Dr. Luís Fernando Lopes Pereira  
Universidade Federal do Paraná - UFPR

Curitiba, 18 de dezembro de 2012.

Ao meu querido, saudoso e amado irmão, *in memoriam*. Defendeu-me nas primeiras brigas escolares, me ensinou as primeiras linhas da vida. *É nós João, tamo junto até depois do fim!*

## AGRADECIMENTOS

Sou ser de *bando*, em todos os sentidos guardados pelo termo, assim devo agradecer àqueles todos que de um modo ou de outro ajudaram a me tornar o que sou.

À minha mãe, maior inspiração teórica e exemplo de vida. Ao meu irmão, norte da minha humilde caminhada. À minha irmã, com quem aprendi que bater não educa, e por quem nutro enorme amor e admiração. À minha sobrinha linda, que num futuro bem próximo lerá tudo que escrevi e apontará críticas severas, sem condescendência. Ao meu padasto pelo heterodoxo apoio. À minha namorada que sobreviveu comigo ao curso de direito, minha companheira, amada, minha *meiga senhorita*.

Aos meus amigos da *caminhada*: Cleber, guerreiro e sobrevivente desse *campo* em que fomos involuntariamente inseridos, *é nós* meu querido, *tamo juntão, lado-a-lado* sempre. Cleverson (*Fio*), pelas muitas risadas, pois é no sorriso que afiamos nossas facas. Rafael (*Some*), meu grande amigo, exilado político, meu compadre, um forte abraço e um beijo no seu coração, o sofrimento também é uma escola, *é nós que tá meu querido!* Sesóstris, quase vereador, pelas aulas de informática e pelo livre e democratizado acesso à internet na sua casa, longas e saudosas madrugadas. Marcos (*Digno*) pela sinceridade e honestidade, aliado ponta-firme (não vai pra grupo com o sorriso do humilde!). Maicon (*Noar*), logo-logo *é nós* incomodando no *rio das onças!* Abraão (*Black*), pela humildade e procedimento! Washington (*Uóxitone*), *é nós* meu querido, *tamo junto!* Praga, Seco e Sagas, o tubo é por conta de vocês!

Aos meus amigos acadêmicos: Thiago Garcia, que compartilhou das minhas angústias já que suas também! Vitor Dieter, por me aguentar em todos esses anos (sei que não é fácil). Mozart Silvano, pelos loucos e ébrios (de minha parte) debates filosóficos. Júlio Gouvêa, que me mostrou os primeiros passos da teoria marxista no curso de Ciências Sociais, Fabi Ane Baran, me alfabetizou na informática, petiana parceira! Thiago de Góes e Mabelle Bandoli pela inspiração militante e intelectual. Daniela Sant'Ana, valeu pela presença e consideração, *tamo junto!* Rafael Kawakami pela parceria! À Mariana Auler, pelas loucuras inusitadas e pelas conversas alucinógenas. À Clarissa Maçoneiro, pelos mistos-quentes do cotidiano. Yuri Campagnaro, militante nato, pelos debates poéticos onde a prosa se fez impossível. Ao Daniel Fauth, grande amigo, que me mostrou que os universitários também são doidões! Ao Felipe Spack, pela humildade e companheirismo. Ao Vinícius Soloviev, meu parceiro cubano.

Ao *Coletivo Maio* na figura de cada pessoa, um grande e afetuoso beijo no coração de todos vocês! Ao grupo PET-Direito e PET-Sociais, que tive a honra de ser membro bolsista e compartilhar grandes experiências com seus respectivos integrantes.

Aos professores; Abili Castro de Lima e Priscilla Placha Sá, pelas orientações e pela confiança depositada. Espero não tê-los decepcionado.

Aos mortos, *in memoriam*: Marquinhos (*Normal*), me provou da pior forma que os inocentes também morrem. Ronaldinho (C2P2), inimigo número 1 do sistema, como ele mesmo dizia: *favelinha que incomoda!* Arthur (*Sisi*), inteligência e personalidade, pelos vários rolês nessa caminhada, fico te devendo as tantas alegrias compartilhadas. *Fimose*, me mostrou que a inteligência não tem nada a ver com academia, coração pulsante da Rua XV, um grande salve! Marquinhos (*Crep*), *moleque* bom, sem maldade no coração, esteja em paz. *Bone*, pobre, preto, sem pai e sem mãe, indômito guerreiro das ruas. *Guerreiro*, sem nome, sem idade pra viver ou morrer, ocupante desde que nasceu da vala de indigentes que a ele foi destinada no berçário. Meu maior respeito e admiração. Flávia, Steh e Beca, guerreiras que me fazem ser um militante da luta antiproibicionista, pois a proibição mata muito mais que a própria droga. E a todos os outros matáveis, *homo sacer*, desse mundo de cabeça-pra-baixo como nos fala Galeano.

A tradição dos oprimidos nos ensina que o “estado de exceção” no qual vivemos é a regra. Precisamos chegar a um conceito de história que dê conta disso. Então surgirá diante de nós nossa tarefa, a de instaurar o real estado de exceção; e graças a isso, nossa posição na luta contra o fascismo se tornará melhor. A chance deste consiste, não por último, em que seus adversários o afrontem em nome do progresso como se este fosse uma norma histórica. - O espanto em constatar que os acontecimentos que vivemos “ainda” sejam possíveis no século XX não é *nenhum* espanto filosófico. Ele não está no início de um conhecimento, a menos que seja o de mostrar que a representação da história donde provém aquele espanto é insustentável. (Walter Benjamin: VIII tese sobre o conceito de história).

## RESUMO

O direito é visto como técnica de resolução de conflitos, negação civilizada da violência, expressão axiológico-cultural dos povos, representação da justiça pactuada pelos cidadãos, reconhecido como *conditio sine qua non* da sobrevivência pacífica. Mas se o direito for exatamente o oposto? Violência desmedida e ilegítima, infundada, expressão de uma dominação vil e abjeta? Estas são as perguntas que norteiam a presente empreitada monográfica que se segue.

**Palavras-Chave:** Direito – Barbárie – Abolicionismo – Criminologia – Violência.



## SUMÁRIO

1. Nasce o Direito.....	9
1.1. O Direito e o Mito.....	9
2. Uma violência espetacular.....	16
2.1. A violência “invisível”.....	19
3. Na Teia Civilizatória do Direito Penal: O Rei está Nu.....	25
4. A Prisão.....	28
4.1 Highlanders do subterrâneo: A <i>Rua-Dez</i> em evidência.....	34
4.2 Uma cultura <i>criminosa</i> . ....	38
4.2.1 A Linguagem. ....	40
4.3 A Transmissão de Valores.....	41
4.4 O <i>Criminoso</i> .....	42
4.5 Breves considerações.....	44
5. Antropoemia, Civilização, Direito e Barbárie!.....	47
5.1 (Ex)(In)clusão do outro na “Ordem”.....	52
5.2 Biopolítica Humanitária.....	56
6. Walter Benjamin: um anjo (da história) na cidade de deus ou <i>um homo sacer na pólis soberana!</i> .....	59
7. À Guisa de conclusão.....	65
Bibliografia .....	70

# 1. NASCE O DIREITO

## 1.1 O Direito e o Mito

Não há de fato uma introdução ao estudo do direito nas universidades, têm-se o direito como um *a priori* inquestionável, ou seja, parte-se de um mito para que possa ser estudado o rito, onde este confere legitimidade e inteligibilidade àquele, numa obscura dialética da *desrazão*, em que os atores do sistema jurídico convergem seus olhares justamente no ponto-cego em comum, generalizando e perpetuando a ignorância programada sobre o objeto central da formação jurídica, qual seja, o direito.<sup>1</sup>

O liberalismo de nossas instituições não admite uma versão verdadeira<sup>2</sup>, o que se tem é um caleidoscópio composto por *todas as vozes* do pensamento jurídico, onde a configuração final é precária, efêmera e determinada aleatoriamente. Contudo, apesar dos ares de democracia, pluralidade e abertura propostos pelo modelo liberal, o que se tem de fato é a ditadura uníssona do concerto oficialesco, pois não importa como ou quem manuseie o caleidoscópio, o resultado se afigura sempre o mesmo, a imagem é, inexoravelmente, a do mito, todas as vozes dizem em coro a mesma lenda.

No âmbito das Universidades e particularmente nos cursos de direito, observa-se *habitus* dos professores de elaborarem críticas pontuais, sem, contudo, refletir a totalidade do fenômeno, por isso se inclui, a título de radicalidade, uma função-social aqui, um princípio da dignidade ali, tentando fazer com que a máquina bárbara que é o direito funcione com mais humanidade. Acerca destas críticas “esclarecidas”, vale lembrar as já clássicas palavras de Michel Miaille:

---

<sup>1</sup> “Operações culturais, o rito e o mito constituem o eixo das sociedades teológicas antigas que, tornando o caos em cosmos, constroem o mito – narrativa que vive da tradição –, transcendendo o registro factual de acontecimentos passados, bem como o tempo histórico. Traz consigo, a cada rememoração, um sentido exemplar, suas palavras têm efeito mágico. Já Píndaro, distante do universo homérico, dizia ver “algo de sagrado em suas mentiras”. Quanto ao rito, é repetição escrupulosa de atos ancestrais apoiados no arquétipo mítico.” (MATOS, Olgária. *Cerimônias da Destruição in: Civilização e Barbárie*. Organizado por Adauro Novaes. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. Pg.281).

<sup>2</sup> A busca pela verdade nos tempos atuais, diz-se, ser apanágio de prosélitos e epígonos de autores empoeirados e obsoletos do séc. XIX, tal heresia não é compartilhada pelos defensores do liberalismo e da pós-modernidade.

Com efeito, no conjunto bastante homogêneo dos professores que apresentam uma introdução ao direito, não deixam de encontrar-se tomadas de posição, juízos, em suma, críticas. Estas dizem respeito ou às opiniões de um autor – critica-se esta ou aquela explicação – ou às disposições das regras de direito – critica-se esta lei, aquela decisão judicial, aqueloutro decreto. O liberalismo universitário favorece uma situação destas: se as críticas são possíveis, o espírito crítico está salvo, garantia da liberdade de pensamento. E, no entanto, o conjunto do pensamento não é verdadeiramente posto em questão; embora possamos distinguir diferentes correntes filosóficas e políticas nas cadeiras e nos manuais que tratam da introdução ao direito, estas surgem como variantes de uma melodia única: a filosofia idealista dos países ocidentais, industrializados.<sup>3</sup>

O pensamento único aqui denunciado é produto de uma mescla entre idealismo e empirismo no estudo do direito, o primeiro explica o direito pelo próprio direito e o segundo pela sua realidade imediata, confundindo a essência e a aparência, fazendo com que a ciência já não mais tenha sentido. O epígono do pluralismo epistemológico afirma que a verdade é relativa, o que há são narrativas acerca da realidade, equivalentes entre si, pois não autoritárias<sup>4</sup>, contudo o que vemos é a reprodução única e continuada de uma mesma narrativa, senão vejamos.

Inúmeras são as narrativas que procuram dar conta da gênese do Direito e de seus caracteres diferenciais que o divorciam de outros sistemas normativos (religiosos, morais e etc.). Para os clássicos manuais de repetição jurídica a questão é simples, pois, segundo os

<sup>3</sup> MIAILLE, Michel. *Introdução Crítica ao Estudo do Direito*. Editora Estampa, 2005. 3ed. P.21.

<sup>4</sup> O relativismo em relação à verdade, em relação à apreensão ideal do movimento real (objeto), não nos proporciona uma gama maior de possibilidades analíticas que por ventura viessem a gerar uma maior complexidade e variedade de modelos explicativos. “Em vez de trazer liberdade, a queda da 'autoridade opressiva' dá origem assim a novas e mais severas proibições. Como explicar esse paradoxo? Pense na situação que a maioria de nós conhece de nossa infância: a pobre criança que, numa tarde de domingo, tem de visitar a avó em vez de ter permissão para brincar com os amigos. A mensagem do pai antiquado e autoritário para a criança teria sido: 'Não me importa o que você sente. Simplesmente cumpra o seu dever, vá à casa de sua avó e comporte-se lá!' Nesse caso a situação da criança não é nada má: embora obrigada a fazer algo que claramente não quer, conservará sua liberdade interna e a capacidade de (mais tarde) se rebelar contra a autoridade paterna. Muito mais difícil teria sido a mensagem de um pai 'não autoritário' pós-moderno: 'Você sabe como sua vó o ama! Mesmo assim não quero obrigá-lo a nada – vá apenas se realmente quiser!' Todas as crianças que não são tolas (isto é, a maioria delas) reconhecerão imediatamente a armadilha dessa atitude permissiva: sob a aparência da livre escolha há a exigência ainda mais opressiva que aquela formulada pelo pai autoritário tradicional, a saber, uma injunção implícita não só de visitar a vovó, mas de fazê-lo voluntariamente, pela livre vontade da criança. Uma falsa livre escolha como essa é a injunção obscena do supereu: ela priva a criança até de sua liberdade interior, prescrevendo não só o que deve fazer, mas o que deve querer fazer.” (ZIZEK, Slavoj. *Como Ler Lacan*. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.) Não é outra a ordem implícita aos nossos professores, que tenham a liberdade de escolher, mas que não escolham determinadas teorias!

dados da experiência, “o homem é um ser gregário por natureza (...), com isso, espontânea e até inconscientemente é levado a formar grupos sociais: família, escola, associação esportiva, recreativa, cultural, religiosa, profissional, sociedade agrícola, mercantil, industrial, grêmio, partido político etc.”<sup>5</sup>

Percebe-se, pelo exposto, que as organizações sociais, mais ou menos sofisticadas, são tão naturais quanto às plantas, seu desenvolvimento é decorrência do simples fato do homem ser um animal inclinado à convivência grupal, disto, pela lógica quase aristotélica (*sic*) encimada, se deduz a existência da indústria até as associações desportivas. E continua a autora<sup>6</sup>: “Se observarmos, atentamente, a sociedade, verificaremos que os grupos sociais são fontes inexauríveis de normas, por conseguinte, o Estado não é o criador único de normas jurídicas”, porém “somente as normas de direito podem assegurar as condições de equilíbrio imanescentes à própria coexistência dos seres humanos, possibilitando a todos e a cada um o pleno desenvolvimento das suas virtualidades e a consecução e gozo de suas necessidades sociais, ao regular a possibilidade objetiva das ações humanas”.<sup>7</sup>

Do caráter de *sociabilidade* do animal humano se extrai a gênese do Direito e do Estado, esta naturalização das relações sociais é a reprodução de uma ideologia eurocentrista, porque referenciada no Estado moderno ocidental, capitalista e historicamente determinada, não obstante a história não fazer parte desse sistema explicativo. O que se tem é um evolucionismo onde as formas jurídicas *simples* dão vez às formas mais *complexas*. A instância jurídica se apresenta como parte do projeto civilizacional, o *code* francês é síntese dessa ideia de progresso.

---

<sup>5</sup> DINIZ, Maria Helena. *Curso de Direito Civil Brasileiro*, Vol.1: Teoria geral do Direito Civil. - 26. ed. Reformulada. - São Paulo: Saraiva, 2009. Pgs.6-7.

<sup>6</sup> Não se trata aqui de um ou outro autor, mas sim de uma quase unanimidade de autores que reproduzem os conceitos que ora criticamos, o que nos fez escolher aleatoriamente o manual supracitado. Senão vejamos: “Impossível a vida em sociedade sem uma normatização do comportamento humano. Daí surgir o Direito como conjunto de normas gerais e positivas, disciplinadoras da vida social.” (THEODORO JR, Humberto. *Curso de Direito Processual Civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2009. Pg.1). Tais explicações são tão naturais como afirmar que no átomo existe um elemento chamado 'nêutron', e, como os homens são naturalmente violentos, criou-se a bomba de nêutrons!

<sup>7</sup> DINIZ, Maria Helena. *Curso ... op. cit.*

A tradição da doutrina<sup>8</sup> é unânime na afirmação de que *ubi societas, ibi jus*, isto é, onde há sociedade há direito, querendo dizer com isso que o direito é fenômeno social, pelo homem criado, porém, nem toda sociedade experimentou o Direito, este não está inscrito no DNA humano. Mas a dúvida, como vimos, não é virtude de nossos juristas.

De nossa parte, propomos, nessa singela empreitada monográfica, a utilização do método materialista-histórico<sup>9</sup> para uma incursão acurada na complexa realidade jurídica. E assim o fazemos porque pensamos ser este capaz de oferecer um instrumental teórico que possibilite o estudo da totalidade da formação jurídica, em sua história saturada de determinações, em seu presente aparentemente incognoscível, e aos possíveis caminhos futuros que o presente, em articulação com o passado, nos aponta.

Um estudo crítico do direito caracteriza-se pela negação da ordem estabelecida, do positivismo (em todas as suas dimensões/manifestações), da pretensa neutralidade do observador em relação ao objeto, e, sobretudo, pelo anseio em unir a prática à teoria, numa proposição transformadora.

A teoria crítica permite não só descobrir os diferentes aspectos escondidos de uma realidade em movimento, mas, sobretudo abre, então, as portas de uma nova dimensão: a da “emancipação”. Refletindo sobre as condições e os efeitos da sua existência na vida social, a teoria reencontra a sua ligação com a prática, quer dizer, com o mundo social existente.<sup>10</sup>

Uma proposta gnosiológica que não mais dá a resposta junto com o enunciado<sup>11</sup>, como faz a teoria tradicional, mas sim, reflete sua própria posição e papel dentro da história, em um exercício epistemológico constante e sem concessões. Este método de análise tem a vantagem de compreender o direito na totalidade social, e para isso reivindica a

---

<sup>8</sup> Doutrina e dogmática são termos que se adequam ao estudo oficial do Direito, uma exegese dos dogmas que resulta em mitos, e estes, por sua vez, demandam ritos específicos como o fazem as cerimônias religiosas.

<sup>9</sup> O que não significa, como querem os partidários do simplismo, que estudaremos uma dada “estrutura” material para, logo depois, analisar sua decorrência no mundo do espírito (superestrutura). Afinal, isso não serviu nem à Marx, serve, tal caricatura, apenas aos críticos rasteiros do marxismo, e a eles não dedicamos nada, senão a dificuldade de encontrar modelos prontos, feitos sob encomenda para os críticos da “verdade”, para os “autoritários da irracionalidade”.

<sup>10</sup> MIAILLE, Michel. *Introdução Crítica... op. cit.*, p.23.

<sup>11</sup> BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Tradução Fernando Tomaz (português de Portugal) – 12ªed. - Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2009.

transdisciplinariedade, retirando o direito da ilha da autossuficiência.

O direito, tal como o Estado, não é realidade a-histórica(muito menos anistórica), avessa à construção humana, é, sim, obra do homem determinado temporal e espacialmente, a fim de atender determinados interesses e preservar a chamada “paz social e ordem jurídica”. Contudo, apesar de verdadeira, a assertiva retro ainda é insuficiente para explicar a manifestação do direito em diversos tempos e locais, sob pena de se obter uma teoria geral do direito que o conciliaria com os interesses das diversas classes dominantes, mas que não daria conta de explicar o processo interno do direito, a feitura de normas, a escolha de bens jurídicos a serem tutelados, as especificidades espirituais e temporais. Assim, não se poderia distinguir a esfera jurídica das outras esferas de normatividade.<sup>12</sup>

Dado o exposto, podemos tecer as primeiras considerações acerca da relação visceral entre o modo de produção e reprodução da vida social na sociedade capitalista e a forma jurídica com ele consentânea.<sup>13</sup> Pois só no capitalismo a forma jurídica atingiu um nível de abstração tamanha que é quase impossível identificar a necessidade imediata de cada norma prevista, sua correlação com a realidade, destarte o sistema aparece-nos como autônomo (autopoietico, diriam alguns), independente do substrato político-econômico-social que lhe dá origem.

A relação jurídica, a pessoa jurídica e a pena são apanágios da forma jurídica capitalista. Como demonstrou Foucault,<sup>14</sup> o direito penal, em seus primórdios, era vinculado à prática espetacular<sup>15</sup> da vingança, vista como uma violência maior e mais poderosa do soberano em relação à violência primeira do súdito. Somente com o surgimento do capitalismo é que a ideia de equivalência ganha a cena, a pena é mensurada através do tempo, que por sua vez é a medida do valor da mercadoria, permitindo que se considere o delito

como uma variante particular da circulação na qual a relação de troca, ou seja, a relação contratual, é estabelecida, post factum, isto é, depois de uma ação arbitrária de uma das partes. A proporção entre o delito e a reparação se reduz a uma

<sup>12</sup> PACHUKANIS, Eugênio. *Teoria Geral do Direito e Marxismo*. São Paulo: Editora Acadêmica, 1988.

<sup>13</sup> NAVES, Márcio Bilharinho. *Marxismo e Direito: Um Estudo sobre Pachukanis*. São Paulo: Boitempo, 2008. Pg.51.

<sup>14</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. 34 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

<sup>15</sup> DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro. Editora Contraponto, 1977.

proporção de troca.<sup>16</sup>

Nestes termos, a legítima defesa, além de ser um ato de autodefesa própria e da ordem jurídica, torna-se, também, uma relação de troca, um modo muito específico de circulação, que atende a mesma lógica da circulação de mercadorias, o trabalho humano medido em tempo é aí também o referencial. Não é mera coincidência o fato de que a disciplina prisional de docilização dos corpos, a fim de retirar-lhes alguma utilidade, não é inaugurada na prisão, é já velha conhecida dos trabalhadores nas fábricas.<sup>17</sup>

Contudo, para que haja ordem e legitimidade jurídica, deve haver um terceiro *imparcial* (mas não neutro, dirão as boas almas), *equidistante*, e acima das partes em litígio, donde surge o poder de fazer a lei, de dizer a lei e de vincular todos os indivíduos sob pena de coação física, se necessário. Este terceiro é o Estado<sup>18</sup>, através de seus aparatos executivo-administrativo, legislativo e jurídico.

Diferentemente das sociedades pré-capitalistas, onde o poder exercido era direto e imediato, na sociedade capitalista “o poder de um homem sobre outro homem é exercido como o poder do próprio direito, isto é, como poder de uma norma objetiva e imparcial.”<sup>19</sup> A partir do momento em que se acredita no postulado da igualdade entre os indivíduos, todos

<sup>16</sup> NAVES, Márcio Bilharinho. *Marxismo e Direito ... op. cit. pg.59.*

<sup>17</sup> MELOSSI, Dario e PAVARINI, Massimo. *Cárcere e Fábrica - As origens do sistema penitenciário (séculos XVI-XIX)*. Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2006. (Pensamento Criminológico; v.11).

<sup>18</sup> Para não cometermos o mesmo erro que aqui criticamos, manifestamos nosso entendimento sobre o Estado com supedâneo teórico de Nicos Poulantzas, para quem “o Estado é o “fator de coesão” dos diferentes níveis de uma formação social (Poulantzas, 1971 a, I, p.40), os níveis econômico, político e ideológico, com função de regulação de seu equilíbrio global. As diversas funções do Estado constituem-se em funções políticas, em vista de seu papel de fator de coesão, e estas funções correspondem aos interesses políticos da classe dominante (idem, I, p.51). Mas para ele o Estado capitalista tem uma autonomia relativa com relação às classes e frações de classes do bloco no poder (ibid., I, p.94), o que impede que o Estado possa ser visto como mero instrumento desta classe dominante. O Estado capitalista é, então, para Poulantzas, um Estado-nacional-popular de classe, no sentido de um Estado cujo poder institucionalizado tem uma unidade própria de classe, mas se apresenta como Estado nacional popular, representando a unidade política de agentes privados entregues a antagonismos econômicos, antagonismos estes que cumpre ao Estado ultrapassar (ibid., I, p.120). Se a autonomia (relativa) de que fala Poulantzas não permite que o Estado possa ser visto como mero instrumento da classe dominante, ela também não pode permitir a passagem ao socialismo sem a destruição do aparelho do Estado. Nega, assim, a ideia de 'Socialismo de Estado', uma espécie de revolução a partir de cima (Poulantzas, 1971 b, II, p.115).” (MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. *A concepção Marxista de Estado: Considerações sobre antigos debates com novas perspectivas*. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/cuba/if/marx/documentos/22/A%20Concep%20E7%E4o%20marxista%20de%20estado....pdf>. Consultado em 24 de novembro de 2012.

<sup>19</sup> PACHUKANIS, Eugênio. *Teoria Geral do Direito... Op., cit. Pg.136.*

sujeitos de direito, aptos a possuírem direitos e a contraírem obrigações, o Estado pode representar o interesse *público*, já que as classes não mais existem, ao menos não na seara estatal, onde a única linguagem é a do interesse público.<sup>20</sup>

Para que, no sistema capitalista onde os homens estão profundamente divididos em classes antagônicas, uma vida social ainda assim seja possível, é necessário que exista uma estrutura política, cuja função primeira será ordenar a desordem, reconciliar aparentemente indivíduos que tudo separa, velar pela salvação pública. Esta instituição, sabemos-lo, é o Estado. Mas o Estado não é só uma máquina infernal para servir os fortes contra os fracos: é também uma certa representação da unidade da sociedade, ou ainda do homem que vive nesta sociedade sob a figura do cidadão.<sup>21</sup>

Destarte, vê-se que a ideologia ao inverter a realidade dos fatos, escraviza os juristas, pois estes, ao invés de questionar e refletir sobre o conceito e a função do Estado (reflexão política, propriamente dita), irão reproduzir o senso comum mais ingênuo como se fosse a realidade mais absoluta. Quando a ideologia afirma que o Estado é o representante máximo do interesse geral, a doutrina (este crente-religioso fundamentalista) responde com o “princípio da supremacia do interesse público”, se o Estado diz igualdade entre todos, a doutrina diz “sujeito de direito” e “contrato”, e assim por diante.

Este silêncio acerca da discussão política que se faz necessária ao estudar o direito é eloquente, ele preenche implicitamente as lacunas de seu próprio vazio, o não dito diz, ao corroborar o existente, o que sempre é dito. A proposta, explícita ou implícita, é sempre a mesma, a da teoria “natural” do Estado.

---

<sup>20</sup> Interessante observar o grande tema do Direito Administrativo: “O princípio da supremacia do interesse público sobre o privado”. Procura-se, com essa tese, evitar que o mercado, através de seus representantes, pessoas físicas ou jurídicas, sobreponham-se ao Estado, evitando assim o curto-circuito que se daria, pois o Estado existe para manter esse equilíbrio precário, é a mão *bem visível* do mercado que o regula e o alimenta em época de crises. Nada mais justo que os publicistas prestem esse serviço ao Capital, qual seja, que evitem que a avidez dos capitalistas destrua o próprio Capital.

<sup>21</sup> MIAILLE, Michel. *Introdução Crítica ao Direito*. op. cit. Pg.50.



## 2. UMA VIOLÊNCIA ESPETACULAR.

Fundado no interesse de classe e alimentado pela necessidade de pacificação jurídica dos dominados<sup>22</sup> o direito é, por essência, *violência*, é força coatora que impõe uma ordem, uma nova economia do poder. Contudo, dada à equivocidade do conceito de violência, esta ora é tratada como tabu, como pecado constitutivo do ser na religião, ou, pela linguagem cifrada de alguns autores, considerada o zero absoluto, o infinito da existência do sujeito, e assim intangível, indecifrável e inexplicável.<sup>23</sup> De toda sorte, apesar da obscuridade em que foi lançada a violência, é impossível negar que:

El lugar ocupado hoy en día por la violencia, en realidad por las violencias, jamás ha sido tan importante. Ella aparece como la principal preocupación de la humanidad. Es vivida como una fatalidad que termina a la vez en una resignación al orden establecido y en la fascinación de un voyerismo de masa.<sup>24</sup>

O ser humano foi abandonado em um mundo violento, onde a manifestação da violência é *profusa*, ou seja, é apresentada em demasia, espetacularmente, em forma de notícia nos canais televisivos e, também, infelizmente, como triste constatação estatística para alguns e sofrimento para outros. Ela é também *difusa* por estar em todas as partes, nas relações familiares/privadas, no espaço público, no trabalho, e justamente por isso ela se torna *confusa*, se manifesta de diversas formas e está presente como uma sombra espectral aterradora em toda a história, induzindo os mais desavisados a um erro crasso, o de banalizar a violência.<sup>25</sup>

Inobstante a dificuldade de se definir a violência, não se pode asseverar que todas as

<sup>22</sup> Qualquer semelhança com a Unidade Permanente de Pacificação não é mera coincidência.

<sup>23</sup> COSTA, Jurandir Freire. *Violência e Psicanálise*. Rio de Janeiro. Edições Graal. 3.ed, 2003. Pg.19.

<sup>24</sup> LABICA, Georges. Disponível em: [http://resistir.info/franca/labica\\_violencia\\_intro.html](http://resistir.info/franca/labica_violencia_intro.html). Consultado 24 de novembro de 2012.

<sup>25</sup> Importante se faz a distinção entre *agressão* e *violência*, pois enquanto que o primeiro *pode* (não adentraremos o mérito da celeuma neste singelo espaço) se apresentar como instintivo, a violência não, uma vez que: “Violência é o emprego *desejado* da agressividade, com fins destrutivos. Esse desejo pode ser voluntário, deliberado, racional e consciente, ou pode ser inconsciente, involuntário e irracional. A existência destes predicados não altera a qualidade especificamente humana da violência, pois o *animal não deseja, o animal necessita*. E é porque o animal não deseja que seu objeto é fixo, biologicamente predeterminado, assim como o é a presa para a fera.” (FREIRE COSTA, Jurandir. *Violência e psicanálise*, 3. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003. P. 39).

manifestações de violência sejam equivalentes, independentemente da valoração jurídica atribuída aos atos violentos, pois, como sabemos, há violências bárbaras, indescritíveis e incomensuráveis e violências simplórias, presente em nosso cotidiano, como a chamada “palpada corretivo-educativa” da mãe no filho. A violência do adicto em *crack* que rouba um celular de um transeunte e a violência do fornecedor de produtos alimentícios que para economizar no processo produtivo utiliza produto mais barato, porém cancerígeno, aos consumidores.

Em uma sociedade regida pela espetacularização<sup>26</sup> dos acontecimentos, através da informação tornada notícia<sup>27</sup> pela *mass media*, a única violência digna de nota é a violência subjetiva, interpessoal, sangrenta, perpetrada pelos “terroristas” ou pelos “ninguéns” de que nos fala Eduardo Galeano.<sup>28</sup> Assim, fora do palco do sensacionalismo não conseguimos ver a violência.

Devemos nos distanciar destas manifestações visíveis de violência para enxergar a violência fundadora e mantenedora de toda as formas de violência,<sup>29</sup> a violência objetiva. Com

<sup>26</sup> DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro. Editora Contraponto, 1977. “O conceito de espetáculo unifica e explica uma grande diversidade de fenômenos aparentes. As suas diversidades e contrastes são as aparências organizadas socialmente, que devem, elas próprias, serem reconhecidas na sua verdade geral. Considerado segundo os seus próprios termos, o espetáculo é a *afirmação* da aparência e a afirmação de toda a vida humana, socialmente falando, como simples aparência. Mas a crítica que atinge a verdade do espetáculo descobre-o como a *negação* visível da vida; uma negação da vida que se tornou visível.”

<sup>27</sup> Trata-se de um processo de industrialização da informação, tornando-a palatável, adequando-a à (falsa)demandas do mercado, superdimensionando acontecimentos menores e obliterando acontecimentos importantes. Assim, pela edição jornalística, a realidade dá lugar à falsa representação sobre a realidade, submergindo a sociedade em uma cultura do medo, onde a insegurança relacionada à violência criminal se apresenta como o *grande* problema a ser resolvido, porém a percepção desse fenômeno é absurdamente sobrevalorizada pelas *agências* formadoras de opinião.

<sup>28</sup> *Os ningúens: os filhos de ninguém, os donos de nada. Os ningúens: os nenhuns, correndo soltos, morrendo a vida, fodidos e mal pagos: Que não são embora sejam. Que não falam idiomas, falam dialetos. Que não praticam religiões, praticam superstições. Que não fazem arte, fazem artesanato. Que não são seres humanos, são recursos humanos. Que não têm cultura, têm folclore. Que não têm cara, têm braços. Que não têm nome, têm número. Que não aparecem na história universal, aparecem nas páginas policiais da imprensa local. Os ningúens, que custam menos do que a bala que os mata.* (GALEANO, Eduardo. *O livro dos abraços*. Porto Alegre: L&PM, 2002.p. 71).

<sup>29</sup> A “crítica” multiculturalista liberal à violência é generalizada e a condena sumariamente, através do tribunal da “boa intenção”, excepcionando devidamente a violência instituída, “legítima”, que, afinal, é aquela a assegurar tal posição de fala, abstrai justamente desse condicionamento, não apenas daquele inerente ao seu *locus* institucional, mas também da violência simbólica que funda a própria linguagem, da própria imposição violenta do significante da não violência que funda a posição do “bom” sujeito. O espectro que ronda a boa consciência, usualmente, é o terrorismo. Ele traz a força instituinte da violência, invadindo e desconfigurando as coordenadas do mapeamento da cotidianidade na qual está imerso. O politicamente correto surge não da negação do sistema sócio-simbólico do capital. Pelo contrário, só poderia surgir no liberalismo, fonte do politicamente

efeito, esta é o “pano de fundo branco” onde a violência subjetiva é pintada em cores fortes e exóticas. Os observadores espantosos delimitam-se na crítica desta última, pois, evidente e fascinante, interpela o observador. Já o fundo branco não merece os mesmos olhares críticos, assim como a moldura, por isso não são citados e reivindicados na ordem do dia, nos exatos termos brechtianos: “Do rio que tudo arrasta se diz violento, mas ninguém diz violentas as margens que o comprimem”.<sup>30</sup>

A violência objetiva, assim, é o anverso necessário e “oculto” da violência subjetiva, pois

La cuestión está en que las violencias subjetiva y objetiva no pueden percibirse desde el mismo punto de vista, pues la violencia subjetiva se experimenta como tal en contraste con un fondo de nivel cero de violencia. Se ve como una perturbación del estado de cosas 'normal' y pacífico. Sin embargo, la violencia objetiva es precisamente la violencia inherente a este estado de cosas 'normal'.<sup>31</sup>

Somente a partir do deslinde da violência sistêmica é que podemos enxergar a barbárie cotidiana da insensibilidade em relação às vítimas da exclusão social, exclusão esta necessária para que se possibilitem certos padrões de vida. Assim, os bons homens que desfrutam do banquete da civilização no camarote *VIP*, vendo a história passar, de modo indiferente, são eles os maiores e mais perigosos homicidas que se albergam na sociedade sob a *persona* do chamado *homem de bem*.<sup>32</sup>

Alguns utilizam a *persona* (sinceramente, não duvidamos) de filantropos, ganhando fortunas com a exploração do trabalho alheio e à custa da miserabilidade dos oprimidos, mas, por outro lado, doam uma parte deste lucro para instituições de caridade. Sabemos que

---

correto (que reúne o multiculturalista liberal, a feminista verde, o esquerdista consequente e o comunista liberal) e também do politicamente incorreto, que é “tolerado” diante do falseamento apregoado pela defesa da liberdade de expressão. (CORDEIRO, Roan Costa e FREITAS JR, Renato de Almeida. *Cale-se: Violência e Linguagem na Era da (In)Tolerância*. In *Captura Crítica* n.3, vol.2, jan/jun. 2012. RevistaDiscente do Curso de Pós Graduação em Direito da UFSC.)

<sup>30</sup> BRECHT, Bertolt. *Poemas 1913-1936*. Tradução de Paulo Cesar de Souza. Editora 34. 2003.

<sup>31</sup> ZIZEK, Slavoj. *Sobre la Violencia: seis reflexiones marginales*. 1ªed. Buenos Aires: Paidós, 2010. Pg.10.

<sup>32</sup> A indiferença frente ao sofrimento do Outro, sustenta-se num esquecimento e numa negação fetichista, representado pela seguinte fórmula: “Eu sei, mas não quero saber o que sei, assim não sei.” Através dessa manobra falseadora da realidade se pode rejeitar a responsabilidade daquele que sabe e agir como se não soubesse. É como a maioria dos juristas “críticos” reagem perante o direito, sabem que este só produz a barbárie, porém fingem não saber, assim seus soldos não lhes sujam as mãos de sangue.

George Soros, Bill Gates e até mesmo “nosso” Eike Batista são pessoas que dedicam uma parte de seu tempo e de sua fortuna (ínfimo, é claro) ao bem comum, às campanhas de desenvolvimento sustentável, ao *criança-esperança* e etc. E assim o fazem porque sob os holofotes modernos, na era do subjetivismo, só atua o indivíduo, em detrimento das organizações e associações, o que permite dizer que a pessoa de fulano de tal seja boa, apesar de gerir uma máquina mortífera que vitimiza milhares de pessoas, como é o caso desses megamilionários “altruístas”.<sup>33</sup>

## 2.1 A violência “invisível”.

Como já afirmamos em outra oportunidade<sup>34</sup>, o Estado é aparentemente paradoxal, de um lado discursa ininterruptamente a favor da paz social, da ordem e da justiça, enquanto de outro lado pratica a violência com a desenvoltura que lhe é característica, promovendo guerras contra outros Estados<sup>35</sup> ou no seu próprio interior contra o inimigo, caso em que o

---

<sup>33</sup> Perguntamo-nos; o que fazer com os 'homens de bem' que seriam incapazes de praticar uma violência subjetiva, mas que sustentam, pela passividade ou não, um sistema objetivo de violência e extermínio da população pobre-preta-periférica? A resposta que foi apontada por Žizek em questão semelhante foi a de Bertold Brecht no poema *A Pergunta sobre o Bem*, que propunha a seguinte solução: “*Da un paso a frente: oímos que eres un buen hombre. No pueden comprarte, pero él relámpago que golpea la casa tampoco puede ser comprado. Mantienes tu palabra. Pero ¿qué dijiste? Eres sincero, das tua opinión. ¿Qué opinión? Eres valiente. ¿Contra quién? Eres sabio. ¿Para quién? No persigues tu beneficio personal. ¿Qué persigue entonces? Eres un buen amigo. ¿Eres también un buen amigo de la gente buena?*”

*Escúchanos: Sabemos que eres nuestro enemigo. Por ello te pondremos frente al muro. Pero en consideración a tu méritos y buenas cualidades te pondré frente a un buen muro y te dispararemos con una bala buena de un arma buena y te enterraremos con una pala buena em la buena tierra.* (BRECHT, Bertolt. *Verhoer des Guten*, in *Werke*, vol.18, prosa 3, Frankfurt, Suhrkamp, 1995, pgs.502-503, *apud* ŽIZEK, Slavoj *Sobre la Violencia ... op. cit.* Pg.53).

<sup>34</sup> FREITAS JR, Renato de Almeida. *Op., cit.* Pg.249 e seguintes.

<sup>35</sup> **“En el plano social/práctico, la voluntad imperialista, al servicio de las minorías dominantes hace una demostración que se ejerce en las dos direcciones: lo ordinario, “permanente” como dice Marx, de la violencia “muda” o “pacífica”, bajo esos aspectos a la vez económico y estatal; la de la violencia “habladora” o “sangrienta” que consiste en el recurso a la guerra, aportando la precisión que también se ha vuelto permanente. Porque, la mundialización ha invertido la célebre fórmula de Clausewitz ubicando la política en la continuación de la guerra.** Los Estados Unidos son el modelo. He aquí una nación cuya particularidad, durante su existencia, ha sido funcionar en la agresión, que no ha conocido ninguna tregua entre dos conflictos (algunos cientos desde su genocidio casi completamente logrado de los Indios) y que ha buscado sin cesar la necesidad de dotarse de un adversario, de un Otro diabolizado, tiempos atrás el Piel roja, después el bolchevique, actualmente el islamista. Los objetivos de la agenda de nuestra actualidad son conocidos: el control de los recursos energéticos y su transporte y la prohibición ordenada a todo país de comprometerse en un desarrollo autónomo o pretender hacerlo. Agreguemos que a pesar de los enfrentamientos inter-imperialistas de

exército dá lugar à polícia. A definição de Estado incorporou necessariamente a ideia de “*monopólio 'legítimo' da coação física*”, seja sob a lente marxista ou weberiana<sup>36</sup>, e o Sistema Penal é, por excelência, o instrumento estatal para consecução violenta de seus fins no âmbito interno de sua soberania.

Em que pese o exposto, não se pode compreender o direito vendo-o *apenas* como um meio, um instrumento estatal puro e simples, pois ele estabelece com o Estado uma relação interna, visceral, mais complexa do que aquilo que o instrumentalismo afirma. O direito, nos termos em que aqui propomos, não se faz inteligível somente pela análise do tecido histórico no qual está inscrito, uma vez que a instituição do direito depende de uma decisão que rasga essa tessitura, e que, por isso, não se submete a nenhum critério de justiça, não sendo, desta forma, justificado ou invalidado por discursos já existentes<sup>37</sup>. Trata-se de um momento de violência (performativa) que impõe limites ao livre discurso, e, por isso, o ato fundador pode ser chamado de místico<sup>38</sup>, já que não é passível de um filtro de justiça ou de racionalidade e legitimidade.

O ato fundador se sujeita a esse processo *a posteriori*<sup>39</sup>, quando a imposição violenta dos significados constrói outra ordem de significação. A perda da origem que se reclama é apenas a denúncia de que não há algo que funde a não ser a própria fundação: “já que a origem da autoridade, a fundação ou o fundamento, a instauração da lei, não podem, por definição, apoiar-se finalmente senão sobre elas mesmas, elas mesmas são uma violência sem fundamento. (...) Elas não são legais nem ilegais em seu momento fundador”<sup>40</sup>.

Não há, como se vê, um fundamento universal que ampare a instituição do direito.

---

la competencia comercial, la alianza se mantiene fuerte, siendo el enemigo de preferencia o casi exclusivamente, el más débil (Irak) o el ya destruido (Afganistán).” LABICA, Georges. *Op., cit.* Grifos nossos.

<sup>36</sup> “Uma *empresa com caráter de instituição* política denominamos *Estado*, quando e na medida em que seu quadro administrativo reivindica com êxito o *monopólio legítimo* da coação física para realizar as ordens vigentes” (WEBER, Max. *Economia e sociedade* [v.1], p. 34).

<sup>37</sup> DERRIDA, Jacques. *Força de lei: o fundamento místico da autoridade*. 2ª ed. - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010. P. 24.

<sup>38</sup> *Idem*, p. 25.

<sup>39</sup> “Uma revolução ‘bem-sucedida’, a fundação de um Estado ‘bem-sucedida’ (um pouco no sentido em que falamos de um ‘*felicitous*’ ‘*performative speech act*’) produzirá *a posteriori* aquilo que ela estava destinada *de antemão* a produzir, isto é, modelos interpretativos próprios para serem lidos retroativamente, para dar sentido, necessidade e sobretudo legitimidade à violência que produziu, entre outros, o modelo interpretativo em questão, isto é, o discurso de sua autolegitimação” *Ibidem*, p. 85-86.

<sup>40</sup> DERRIDA, Jacques. *Idem*, p. 26.

Contudo, a história nos demonstra que o discurso de legitimação gravitou, sobretudo, em torno de duas correntes jurídico-filosóficas, o jusnaturalismo e o juspositivismo. O direito natural funda-se (e funda) na visão de que os fins justos fazem justos os meios, isto é, o emprego de violência ou qualquer outro método é justificado desde que se atinjam fins justos. Essa violência é conhecida por natural porque seus adeptos defendem um exercício *de iure* de todo poder que se investe *de facto* no “contrato social”. Oposta a esta tese está a corrente do direito positivo, que considera a dinâmica mutacional-histórica do poder e do direito. Se o direito natural julga/avalia o direito mediante a crítica de seus fins, o direito positivo pode avaliar qualquer direito que surja apenas pela crítica de seus meios. *Se a justiça é o critério dos fins, a legitimidade é o critério dos meios*. Sem embargo, não obstante essa contradição, ambas as escolas estão de acordo num dogma básico comum: fins justos podem ser obtidos por meios justos, meios justos podem ser empregados para fins justos.<sup>41</sup>

No entanto, a pretensa antinomia entre as duas correntes cai por terra quando se descobre que os meios legítimos (legitimados) e os fins justos (justificados) se encontram em termos de contradição irreduzível. A violência é inerente ao direito, e não o é simplesmente por razões de justiça, pois, se assim fosse, não se poderia criminalizar a “justiça pelas próprias mãos”<sup>42</sup> quando esta não se chocasse com os ideais de justiça presentes no próprio direito. Desta forma pode-se concluir que “o direito considera a violência nas mãos dos indivíduos um perigo capaz de solapar a ordenação de direito”<sup>43</sup> e não uma ameaça a determinados fins mais ou menos justos. Essa violência monopolizada, em cada aparição, fascina com seu poder que remete à violência primeira, fundante, instituidora da ordem vigente. Assim sendo, a violência conservadora é a representação repetitiva da violência fundadora, mas com ela não se confunde, apesar da existência da instituição encarregada de, justamente, atuar na zona cinzenta de transição entre uma violência e outra, criando o direito ao mesmo tempo em que o

---

<sup>41</sup> BENJAMIN, Walter. *Crítica da violência – crítica do poder*, p. 161. Grifo nosso. Optamos alternar as traduções do texto *Zur Kritik der Gewalt* conforme cada uma traduza o trecho em questão da maneira mais adequada. Aqui a nova tradução comete um lapso imperdoável: a síntese benjaminiana, que fizemos questão em grifar, foi simplesmente suprimida (BENJAMIN, Walter. *Para uma crítica da violência*, p. 124).

<sup>42</sup> Código Penal: “Art. 345 - Fazer justiça pelas próprias mãos, para satisfazer pretensão, embora legítima, salvo quando a lei o permite: Pena - detenção, de 15 (quinze) dias a 1 (um) mês, ou multa, além da pena correspondente à violência”.

<sup>43</sup> BENJAMIN, Walter. *Para uma crítica da violência*, p. 126-127.

conserva: essa instituição ignóbil e abjeta da qual Benjamin faz menção é a polícia <sup>44</sup>; <sup>45</sup>. Ainda seguindo os passos de Benjamin, vemos que toda violência mítica está em relação com o direito, fundando-o ou conservando-o. Por isso, não há direito sem violência:

E não apenas isso: do mesmo modo como o final, também a origem de qualquer contrato remete à violência. Ela não precisa estar imediatamente presente no contrato, enquanto poder instituinte do direito, mas está representada nele, na medida em que o poder que garante o contrato jurídico é, por sua vez, de origem violenta, quando não é, no próprio contrato, legitimamente instituído pela violência. Quando a consciência da presença latente da violência dentro de uma instituição jurídica se apaga, esta entra em decadência. <sup>46</sup>

Desta feita, fica claro para nós que a violência além de fundar o direito, apresenta-se, também, como potência - não só como realização (ato)-, como iminência, fundado numa estrutura apta a garantir a paz jurídica, que não é outra coisa senão a espoliação incessante dos derrotados e subjugados pela violência fundadora do direito, que os derrota, e que pela violência mantenedora do direito os espolia. Nessa política como guerra continuada, invertendo o teorema de Clausewitz (para quem a guerra seria a política por outros meios), a violência é, sempre, a razão última do Estado, em ato quando atua a polícia ou o exército, por exemplo, e em potência quando outros aparelhos regulatórios podem assegurar a dominação.

Manifesta-se, ainda, a violência de forma indireta, isto é, quando o FMI impõe políticas econômicas que “não dizem explicitamente que deve haver concentração de riqueza, multiplicação da pobreza e desmantelamento da soberania nacional, tudo isto está implícito nelas.” <sup>47</sup> A redução salarial, a precarização da educação e a omissão na saúde não são comentadas nas recomendações do FMI, da mesma forma que a criminalidade e a mortalidade infantil não constam na exposição de motivos da lei que institui o salário mínimo. <sup>48</sup> Por isso

---

<sup>44</sup> Exemplo dessa dualidade performativa são as UPP's, que criam um direito para “melhor” conservá-lo, pois estão além do direito, nas favelas cariocas. Casas são invadidas sem ordem judicial ou flagrante delito, pessoas são mortas ou torturadas com a ciência e aprovação tácita, quando não expressa, do poder judiciário e de boa parte da população refém da imprensa roxa.

<sup>45</sup> A violência empregada pelos grandes traficantes ou ladrões também tem caráter jurídico-criativo e por isso são os grandes inimigos da ordem, ao contrário daqueles que a ordem permite roubar, já que estes não ameaçam instituir um novo direito, pelo contrário, o que estes últimos fazem é consolidar o direito existente.

<sup>46</sup> BENJAMIN, Walter. *Idem*, p. 167.

<sup>47</sup> GALEANO, Eduardo. *Nós dizemos não*. Rio de Janeiro: Revan, 1990.

<sup>48</sup> FREITAS JR, Renato de Almeida. *Op., cit.*

“uma práxis social verdadeira, se não quer cair no utopismo, tem de partir do reconhecimento de que, hoje, deve desenvolver-se em um mundo regido pela violência.”<sup>49</sup> Isso implica o fato de que a mudança, a ruptura com esse sistema violento e dominador só pode se dar a partir de uma contraviolência revolucionária:

A doutrina de Marx e Engels sobre o caráter inevitável da revolução violenta refere-se ao Estado burguês. Este *não pode* ser substituído pelo Estado (pela ditadura do proletariado) mediante a 'extinção', mas apenas, como regra geral, mediante a revolução violenta... A necessidade de educar sistematicamente, as massas *nesta ideia*, precisamente nesta ideia da revolução violenta, é algo em *toda* a doutrina de Marx e Engels.<sup>50</sup>

Não poderia ser o contrário, em regra, pois a classe que detém o poder não dará, sem lutar, absolutamente nada aos derrotados pela fundação violenta do direito, como foi(é) o caso dos negros, dos índios e de toda a população excluída e marginalizada no capitalismo. Somente a luta pode garantir a justiça neste mundo violento, sobretudo no Brasil, onde a política de extermínio é institucionalizada e aplaudida pelo senso-comum conduzido pela grande mídia.<sup>51</sup>

Na interconexão genocida entre violência subjetiva e objetiva podemos compreender melhor fenômenos que aparecem como violência gratuita, como “excesso de violência”. Desta forma, não se pode afirmar ingenuamente que a polícia seja a traidora dos ideais do Estado Constitucional Democrático quando mata pessoas pobres, ou quando promove grupos de extermínio, via de regra, dos *ninguéns*: este é o verdadeiro núcleo de permanência institucional da polícia, não é sua negação, mas índice de que ela mesma é o ponto de *indiferenciação* de formas de violência que permite a atuação exterminadora. “Para concluir este ponto, digamos que lo que está en cuestión en este caso es la inscripción de toda violencia en un sistema, que sería el orden que imponen los dioses, el modo de existencia, las

<sup>49</sup> SÁNCHEZ Vázquez, Adolfo. *Filosofia da Práxis*. 1ªed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, Brasil, 2007. Pg.378.

<sup>50</sup> LENIN, Vladimir. *El Estado y la revolución*, em Obras Completas *apud* Sánchez Vázquez, Adolfo. *Filosofia da Práxis*. Op., cit.

<sup>51</sup> “É terrível matar. Mas não só a outros, e sim, também, a nós mesmos, quando necessário matamos, pois somente com violência se pode mudar esse mundo mortífero.” Bertold Brecht.



relaciones sociales o el régimen político”<sup>52</sup>.

---

<sup>52</sup> Labica, Georges. *Op., cit.*

### 3. NA TEIA CIVILIZATÓRIA DO DIREITO PENAL: O REI ESTÁ NU.

Se no direito do trabalho a espoliação é adornada pelo invólucro contratual, sob as galas principiológicas da igualdade, dignidade, livre iniciativa, valor social do trabalho, no direito penal o Rei queda nu, isto é, a força (legítima, legitimada ou ilegítima) atua diretamente, sem eufemismo, com ou sem o consentimento de seus subjugados. Tobias Barreto, já no séc. XIX, tecendo considerações sobre o direito de punir estatal, observou que “quem quiser encontrar um fundamento para a pena, deverá antes buscar um fundamento para a guerra.” Pois se trata, e sempre se tratou, sobretudo no caso brasileiro, de um direito penal do inimigo, voltado para certos autores vistos como *patologias* para o corpo social, alvos da prevenção especial negativa.

Contudo, pode-se objetar que nenhuma dominação se funda somente na violência, e por isso, além da correlação de forças que não permite uma resposta de interrupção à dominação, o Sistema Penal<sup>53</sup> produz um discurso manifesto sobre as funções da pena, neste sentido a prisão é justificada através de seus objetivos declarados, quais sejam: ressocializar, prevenir generalizadamente ou individualmente o crime. Não obstante, o que se realiza de fato é a manutenção da criminalidade e da exclusão propiciada por ela. Com efeito, a prisão tem a pretensão de realizar tarefas que não pode executar, ocultando as tarefas que realmente realiza<sup>54</sup>.

O processo seletivo de criminalização se dá em dois momentos distintos e complementares; a criminalização primária e a secundária. Na primeira o legislador cria leis que incriminam certos comportamentos (ou pessoas), autorizando que a instância repressiva possa *vigiar e punir* aqueles que incorrem na hipótese fática proibida formalmente. Acontece

---

<sup>53</sup> “Por sistema penal entendemos o conjunto das agências que operam a criminalização (primária e secundária) ou que convergem na sua produção. Dentro deste entendimento, referimo-nos a *sistema* no sentido elementar de conjunto de entes, de suas relações recíprocas e de suas relações com o exterior (o ambiente) e nunca no símil biológico de órgãos do mesmo tecido que realizam uma função, de vez que estas agências não operam coordenadamente, mas sim por compartimentos estanques, ou seja, cada um de acordo com seu próprio poder, com seus próprios interesses setoriais e respectivos controles de qualidade.” ZAFFARONI. BATISTA. ALAGIA. SLOKAR. *Direito Penal Brasileiro: Primeiro Volume, Teoria Geral do Direito Penal*. Rio de Janeiro: Revan, 2003, 3ªed, novembro de 2006. P.60.

<sup>54</sup> ZAFFARONI, Eugênio Raúl. *Em busca das penas perdidas*. Rio de Janeiro, Revan, 1991.

que o âmbito de vigilância e punição, tendo em vista somente a formalidade da lei, é tão amplo que torna, já a primeira vista, impossível sua consecução, sobrevindo, assim, uma grande parcela de comportamentos criminalmente ilícitos desconhecidos pelas agências de repressão, a essa parcela dá-se o nome de *cifra oculta*.

A criminalização secundária é exatamente esse processo de adequação entre indivíduos e normas proibitivas no caso concreto, o que se dá com a *vigilância e captura* dos *criminosos* pela polícia e com a imposição de uma *pena* pelos agentes da instância judiciária e prisional. Ocorre que dada a irrealizável tarefa de repreender todos os fatos tipificados, os atores do Sistema Penal agem seletivamente, em relação aos criminalizados e, também, aos vitimizados. Em relação àqueles a seleção opera pelo filtro das metarregras, preconceitos construídos contra o inimigo interno, a massa desfavorecida e descartável do mundo da produção e da circulação, o resto indesejável, os *ninguéns*.

Em decorrência da criminalização surge a *delinquência primária e secundária*, a primeira é efeito de infinitas causas, sendo a maior delas, obviamente, a própria feitura da lei que criminalizou a conduta, mas a razão de se praticar determinadas condutas variam de acordo com o tempo e o lugar. Porém uma constatação é inegável, as sociedades capitalistas tendem a criminalizar demasiadamente condutas que coloquem em risco o direito de propriedade, empurrando, por conseguinte, os despossuídos para a marginalidade e delinquência.

A essa delinquência primária, conforme explicação de Edwin Lemert, segue-se uma resposta ritualizada do Sistema Penal seguida de uma estigmatização do indivíduo tido como desviado, o que causa um distanciamento social daqueles que são vítimas das teias seletivas do Sistema Penal, distanciamento este que facilita uma subcultura dos grupos desviantes (veremos que no caso do grupo prisional essa subcultura é efeito e causa do próprio desvio primário, formando-se, assim, um círculo vicioso da criminalização) e, como consequência a redução de oportunidades, pois estigmatizados tornam-se *outsiders*. Outrossim, esta estigmatização acaba fazendo com que haja uma assunção de determinados rótulos apregoados a esses indivíduos, inserindo-os numa carreira desviante.

Já a delinquência secundária representa a reincidência, pois fruto do próprio processo criminalizante, é o atestado de “fracasso” do Sistema. Ao cabo desse bárbaro itinerário, o trem

da civilização abre as janelas para que todos os cidadãos de bem possam apontar com seu ódio sagrado e “legítimo”, com seu rancor midiático-televisivo, para as vítimas expiatórias, estampadas no pasquim-roxo e popular que circula entre os taxistas da capital<sup>55</sup>, com a *anormalidade* e *monstruosidade* editadas na madrugada. Destarte, esse *diferente* é facilmente detectável, encontrável e *matável* pelos órgãos de repressão.

Vê-se, como já apontamos anteriormente, que a polícia transita entre o *manter* a lei e o *fazer* a lei na criminalização secundária, pois a pena a ser aplicada e o conteúdo concreto da lei (a adequação fática entre norma e comportamento), sua primeira interpretação, se dá pela atuação policial, fazendo com que esta atuação seja a mais importante e determinante em todo o Sistema Penal.

Isto demonstra ser a realidade do poder punitivo exatamente inversa à sustentada no discurso jurídico, que pretende colocar em primeiro lugar o legislador, em segundo o juiz, e quase ignora a polícia: na prática, *a polícia exerce o poder seletivo e o juiz pode reduzi-lo, ao passo que o legislador abre um espaço para a seleção que nunca sabe contra quem será individualizadamente exercida.*<sup>56</sup>

Se na Idade Média os holofotes voltavam-se todos para execução sangrenta da pena, deixando um papel secundário para o processo e seus atores, hodiernamente houve a inversão entre protagonista e coadjuvante do espetáculo, as multidões não mais veem a justiça nos corpos dilacerados<sup>57</sup>, o rito *sacrificial* deu lugar ao rito *judicial*. Após a ascensão da razão iluminista o procedimento executório tornou-se teratológico, obsceno, repugnante, em detrimento da justiça, racionalidade, intelectualidade e civilidade do procedimento judicial.

---

<sup>55</sup> Não é novidade o fato de que taxistas, impulsionados pelo sensacionalismo de jornais como *Tribuna do Paraná*, lincham até a morte os suspeitos de assaltarem outros taxistas. A capital paranaense é rica em exemplos, senão vejamos: [http://www.bonde.com.br/bonde.php?id\\_bonde=1-3--848-20080320](http://www.bonde.com.br/bonde.php?id_bonde=1-3--848-20080320). Consultado em 24 de novembro de 2012.

<sup>56</sup> ZAFFARONI, Batista ... *Op., cit.* Pg.51. Merece algum tempero a afirmação de que os legisladores *nunca* sabem contra quem a lei será individualmente exercida.

<sup>57</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. 34 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

## 4. A PRISÃO

A prisão, tal como conhecemos, origina-se na modernidade<sup>58</sup> como uma racionalização do processo de punir, como tecnologia sobre o corpo através de um saber-poder minucioso, detalhista e classificador<sup>59</sup>. Um saber que produz individualidade através da disciplina, ritos e normas que objetivam moldar o corpo e a alma dos internos, e para tanto, estes são submetidos a uma observação panóptica, característica das instituições totais<sup>60</sup>.

O corpo como objeto e alvo do saber-poder caracterizou a época clássica<sup>61</sup>. Os cortes de cabelo, a distribuição espacial e a uniformização estética substituíram os antigos brasões que demarcavam os infratores, agora o homem é visto como um ser passível de fabricação pelas técnicas de disciplinamento que docilizam e utilizam-no. Nasce aí uma anatomia política que dissocia o poder do corpo (e indica um poder sobre o corpo), fazendo-o, por um lado, mais apto e mais capaz, e por outro lado, através da disciplina, sujeitando-o a sua própria força e capacidade, o homem torna-se vetor e ao mesmo tempo receptor desse saber-poder disciplinar, assim o corpo se torna – simultaneamente – o instrumento e o objeto do poder.<sup>62</sup>

Esta disciplina docilizante tem a pretensão de onipresença nas instituições totais - sobretudo nos países centrais -, ela se encarrega de dividir e integrar os indivíduos, instaura comunicações ou interrompê-las, vigiar, premiar ou sancionar, classificar e examinar os comportamentos a fim de conhecer e manipular. Lança mão de espaços funcionais, celas, galerias e pátios de presídio por ex., que possibilitam a organização dos internos dentro de espaços reais-ideais, ou seja, espaços que se caracterizam por sua função política em detrimento de sua realidade imediata (espaço geométrico, cor, material, móveis, capacidade de ocupação e etc.). Caracterizam-se tais espaços pelo aspecto ideal, vale dizer, são espaços

<sup>58</sup> “Na realidade, até o século XVIII, os lugares de confinamento serviam principalmente para deter suspeitos, ou considerados culpados por crimes, que aguardavam a administração de suas sentenças, as quais consistiam em vários tipos de castigos corporais (chicotadas, pelourinho, marcas a ferro, mutilação, enterramento, morte com ou sem tortura), suplementados pelo banimento e pela condenação a trabalhos forçados ou às galés.” WACQUANT, Loic. *As duas faces do gueto*. São Paulo: Boitempo, 2008. Pg.95.

<sup>59</sup> FOUCAULT, Michel. *Op., cit.* P. 143-187.

<sup>60</sup> GOFFMAN, Erving. *Manicômios Prisões e Conventos*. São Paulo: Perspectiva, 2005, p. 13-15.

<sup>61</sup> FOUCAULT, Michel. *Obra citada*, p.117.

<sup>62</sup> FREITAS JR. Renato de Almeida. *A Mutação Antropológica: Uma Crítica à Tecnologia da Alma*. Anais da Jornada de Iniciação Científica. UFPR, 2010/2011.

que remetem à hierarquia, sanções e privilégios. Em última instância a realidade material destes lugares é uma realidade secundária, pois estes espaços servem justamente para a organização de uma multidão confusa em multiplicidades organizadas. Estes quadros são ao mesmo tempo uma técnica de poder e um processo de saber.<sup>63</sup>

Não obstante o exposto, há que se fazer uma atualização<sup>64</sup> a ideia de disciplina e docilização, já que tais atributos não mais persistem com a força de outrora, o corpo burocrático carcerário, ao menos nos países periféricos, não mais monopoliza a *disciplina* dos detentos, pois estes, em sua *disciplina* própria concorrem com os ortopedistas da moral.

Somente na modernidade a prisão prescindiu do que antes era sua única função, qual seja, a de custódia provisória para uma pena posterior, agora ela mesma é a pena, e isso fez surgir uma lógica de funcionamento própria, uma cultura prisional que paira sobre a prisão como um espectro, como almas passadas que pesam sobre os ombros dos vivos.<sup>65</sup>

A prisão promove um processo de desculturação do indivíduo no momento em que o isola de todas as referências que o constituíam enquanto *papel-social*, ela reduz a vida do internado à condição degradante de preso, estigmatizando-o. Por isso a disciplina que se pretende onipresente não atenta ao fato de que as pessoas que compartilham de uma mesma situação degradante, de um mesmo estigma, tendem a ter experiências semelhantes de aprendizagem relativa à sua condição e a sofrer mudanças semelhantes na concepção do Eu – uma carreira moral semelhante, que é não só causa como efeito do compromisso com uma sequência semelhante de ajustamentos pessoais.<sup>66</sup>

Os países periféricos nunca desenvolveram grandes centros de detenção com o fim de criar e desenvolver dispositivos disciplinares. O que realmente caracteriza as instituições prisionais dos países subdesenvolvidos é seu conteúdo de eliminação tanto no que tange à

<sup>63</sup> FOUCAULT, Michel. *Obra citada*, p.127

<sup>64</sup> Qualquer referência não se faz sem algum prejuízo, pois a teoria, numa perspectiva crítica, é a apreensão ideal de um movimento real (objeto), e a separação espacial e temporal de uma teoria implica num deslocamento entre realidade e ideia, obrigando o pesquisador a, primeiramente, comparar sua realidade (objeto) atual com a realidade estudada pelo autor, e depois atualizando as ausências e as adições, as disparidades do objeto. É neste sentido que pretendemos *atualizar* algumas conclusões foucaultianas.

<sup>65</sup> MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. In: GIANNOTTI, J.A (Org.). *Os pensadores*. 3ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985. (grifos meus).

<sup>66</sup> GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4.ed. -Rio de Janeiro: LTC, 2008, p.41.

individualidade e à subjetividade dos sujeitos quanto à eliminação física que condenou a morte amplo setor da população.<sup>67</sup>

Nessas condições, o confinamento não é nem escola para o emprego nem um método alternativo compulsório de aumentar as fileiras da mão de obra produtiva quando falham os métodos voluntários comuns e preferidos para lavar a órbita industrial aquelas categorias particularmente rebeldes e relutantes de “homens livres”. Nas atuais circunstâncias, o confinamento é antes uma alternativa ao emprego, uma maneira de utilizar ou neutralizar uma parcela considerável da população que não é necessária à produção e para a qual não há trabalho ao qual se reintegrar.<sup>68</sup>

Salta aos olhos a função essencialmente *armazenatória* das prisões brasileiras, uma gestão diferencial dos pobres, confinando os indesejáveis na oculta ilha da execução, onde o estado de exceção é a regra. Todavia, ainda há o espaço de convivência entre presos e entre estes e os ortopedistas da moral, dessas relações, no decorrer dos tempos, surgiu um complexo de normatividade *sui generis* fundamentado numa cultura prisional, ou, como preferem os presos, numa *cultura criminosa*.<sup>69</sup>

Falar de uma cultura criminosa implica reconhecer que há um sistema de valores ético e estético compartilhados pela coletividade, são esquemas de conhecimento e matrizes de percepção<sup>70</sup> ajustados e inculcados na consciência coletiva, ou seja, uma cultura dominante.<sup>71</sup> Desta forma, uma sub(contra)cultura criminosa seria uma forma axiológica não integrada, e por vezes oposta, a cultura dominante, o que, por conseguinte, implica um isolamento normativo e uma forma de solidariedade própria.

Da mesma forma que um infrator pode se converter em um *criminoso*<sup>72</sup> através do processo disciplinar prisional e do processo disciplinar não-oficial (disciplina dos internos), pode acontecer que uma pessoa nasça em um determinado ambiente em que a *cultura*

<sup>67</sup> LINCK, José Antônio Gerzson. *A criminologia nos entre-lugares: Diálogos entre inclusão violenta, exclusão e subversão contemporânea*. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2010. Pg. 97 e seguintes.

<sup>68</sup> BAUMAN, Zygmunt. *Globalização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. Pg.119.

<sup>69</sup> FREITAS JR, Renato. *A Mutação Antropológica ... Op., cit.* Entrevista de campo.

<sup>70</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 12.ed. - Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2009, p.199,241.

<sup>71</sup> DURKHEIM, Emile. *As regras do método sociológico*. Martin Claret. 1.ed. 2001, p.105.

<sup>72</sup> A assunção de papéis em relação ao desvio criou a autoimagem do *criminoso*. De acordo com entrevistas de campo no complexo penal de Piraquara no ano de 2010, constatamos que os presos cultivam, em sua maioria, uma identidade vinculada à instituição prisional, e por isso chamam-se e vêem-se como *criminosos* no sentido identitário. FREITAS JR, Renato. *A Mutação Antropológica ... Op., cit.*

*criminosa* é a regra, uma vez que há um influxo evidente entre valores prisionais (criminosos) e valores comunitários (bairros com grande concentração de pessoas criminalizadas).<sup>73</sup>

Tal influxo pode gerar uma delinquência secundária<sup>74</sup>(reincidência), sem que ao menos a pessoa criminalizada tenha passado pelas instituições penais, esclareceremos melhor: A criança ou adolescente periférico que possui como referência axiológica os padrões de comportamento, os gostos estéticos, a normatividade e todas as outras expressões culturais dos *criminosos* egressos, acaba constituindo sua identidade de forma a se confundir com estes, vale dizer, acaba sofrendo o processo de *prisionização* sem nunca ter sido presa.

Como resulta do exposto, a pessoa que se constitui identitariamente referenciando-se numa cultura criminosa, assumi para si certos estereótipos, e estes acabam sendo

o principal critério seletivo da criminalização secundária; daí a existência de certas *uniformidades da população penitenciária associadas a desvalores estéticos (pessoas feias)*, que o biologismo criminológico considerou causas do delito quando, na realidade, eram *causas da criminalização*, embora possam vir a tornarem-se causas do delito quando a pessoa acabe assumindo o papel vinculado ao estereótipo (é o chamado *efeito* reprodutor da criminalização ou desvio secundário).<sup>75</sup>

Os valores compartilhados pela cultura criminosa somente podem ser evidenciados ou identificados fenomenologicamente em função das expectativas, atos que vão desde as permissões até as obrigações em todas as situações da vida em que o grupo é a referência principal (prisão, comunidade, etc).<sup>76</sup> Existe um rol de situações cotidianas que se repetem com uma frequência suficiente para que se exija uma resposta bem precisa da pessoa que faz parte do grupo ou que queira fazer. Resta assim dizer que as condutas são exteriorização da diversidade cultural afirmada, ou seja, uma característica qualitativa da cultura criminosa.

Dentro de um mesmo grupo, os membros dirigem-se uns aos outros como pontos de referência para configurarem a imagem que têm de si, e para relacionarem a imagem que têm

<sup>73</sup> SELLIN, Thorsten. *Cultur Conflict and Crime*, Nueva York: Social Scince Research Council, Boletín, 41, 1938, p. 25.

<sup>74</sup> Segundo o esquema de Edwin Lemert, a delinquência primária é poligenética, enquanto que a delinquência secundária é produto de uma resposta ritualizada do Sistema Penal que gera uma estigmatização no indivíduo punido, pois tal resposta gera uma isolamento social do preso, favorecendo uma subcultura delitiva e, assim, reduzindo as oportunidades de ascensão social, além de uma nova e autodestrutiva configuração identitária que estas *instituições totais* produzem.

<sup>75</sup> ZAFFARONI, Batista, Alagia, Slokar. *Direito Penal ... Op., cit.* Pg.46.

<sup>76</sup> PARSONS, Talcott. *The social system*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1970, p.27-28.



de seu próprio Eu com a imagem que têm dos demais. Isto resulta em uma contínua revigoração dos valores culturais por eles adotados. Contudo, não afirmamos que a única, ou até mesmo a principal, motivação para que os indivíduos participem do grupo seja o conjunto de valores a serem aderidos, muitas vezes os indivíduos entram no grupo pelo simples fato de que o grupo lhe oferece segurança e companhia. O preso *primário* que não conhece as normas oficiais e não-oficiais da prisão certamente entrará no primeiro grupo que lhe oferecer proteção sem, contudo, barganhar as condições de entrada, o que não acontece com o preso *reincidente* que poderá escolher o grupo que melhor lhe agrade enquanto respeita as regras de todos os grupos concomitantemente.

A cultura criminoso não se apresenta em todos os subgrupos de que faz parte da mesma forma, encontramos-la mais acentuada em membros de facções criminosas como o PCC e menos acentuadas em presos primários ou provenientes da classe média, uma vez que seu primeiro contato com esse mundo axiológico se dá na prisão, ao passo que o preso primário, quando proveniente de áreas mais vulneráveis da sociedade, tem conhecimento desses valores desde muito cedo, sem que para isso precise ser preso.

Os subgrupos criminosos não precisam se conhecer ou tecer algum tipo de relação para que façam parte da mesma cultura, pois a cultura é relativamente autônoma em relação ao indivíduo - a cultura é exterior, coercitiva e geral em relação aos seus integrantes.<sup>77</sup> Se todas as normas advindas de pressupostos axiológicos trazem consigo uma sanção, das mais singelas às mais incisivas, as normas advindas da cultura criminoso requerem sanções ainda mais drásticas, do contrário o grupo não tardaria a perder a identidade que o distingue dos outros grupos.

Uma norma de conduta pode ser considerada, por exemplo, como uma regra reforçada por sanções que refletem o valor que o grupo normativo reconhece na norma. A sanção é parte integrante da própria norma já que se encarrega de proteger os valores culturais de possíveis violações. A força dessa proteção depende da intensidade moral que mantém o grupo normativo frente ao estipulado pela norma.

---

<sup>77</sup> DURKHEIM, Emile. *As regras do método sociológico*. Martin Claret. 1.ed. 2001. Quem está lendo com o mínimo de atenção este trabalho verá que não somos durkheimiano, o que não significa que as evidências trazidas por Durkheim sobre os “fatos sociais” não valham de nada. Tal posicionamento é de um sectarismo acadêmico medíocre e que não compartilhamos.

Exemplos elucidativos são representados pela denominada *caguetagem* (delação) ou pelos casos de *estupro* nas prisões, os integrantes do grupo criminoso prisional reprovam a *caguetagem* pelo fato de que ela representa instabilidade, desorganização e infidelidade entre os internos. Valores estes que subjazem todo o substrato normativo que orienta as ações dos presos. Já o estupro, como *crime* praticado, é visto pelos próprios presos como uma imoralidade não aceitável, o que se explica mais pela moral dominante do que propriamente pela moral criminosa, o que faz com que seja necessário manter em separado os autores destes crimes (os “Duque13”, em alusão ao tipo penal). Nota-se aí que há, em grande parte, uma confusão entre cultura dominante e cultura criminosa, por isso entendemos que não se trata de uma cultura totalmente oposta ou autônoma em relação à cultura dominante. Trata-se de uma subcultura que possui inúmeros traços contraculturais, pois rechaça princípios políticos fundantes da sociedade como o direito a propriedade e a ordem meritocrática fomentada discursivamente desde o século XVIII.

A criminalidade cultural a qual nos atemos é fruto de um sistema que perpetua desigualdades materiais e que força os indivíduos a degradarem-se no mercado de trabalho ou nas prisões pelo fato de não serem proprietários dos meios de produção. Assim sendo, o *criminoso* entende, essencialmente, como crime aqueles atos cometidos contra o patrimônio ou que tenha nele a motivação última de suas ações.

Se um dos meios para se integrar a determinado grupo é a obediência às normas que os distinguem de outros grupos, então se pode concluir que a violação destas normas tem o efeito inverso, isto é, a exclusão do grupo. Esta exclusão é tida como sanção, entretanto não dispensa outras formas sancionatórias auxiliares como a própria pena de morte presente em grupos muito fechados como as facções criminosas.

Impende ressaltar que a norma cultural tem a função de normalização, isto é, de conformação do indivíduo a determinado sistema normativo, e é nesse sentido que entendemos a disciplina da prisão em seus dois aspectos, (realizada pelos ortopedistas da moral, corpo técnico-prisional) e não-oficial (que é o da massa de criminosos que exigem determinado comportamento daquele que faz, ou quer fazer, parte de seu grupo): “*Na essência de todos os sistemas disciplinares, funciona um pequeno mecanismo penal. É beneficiado por uma espécie de privilégio de justiça, com suas leis próprias, seus delitos especificados, suas*

*formas particulares de sanção, suas instâncias de julgamento”*.<sup>78</sup>

#### 4.1 Highlanders do subterrâneo: A Rua-Dez<sup>79</sup> em evidência.

A cultura criminoso não se apresenta como opção gratuita aos *iniciantes*, aos criminalizados de “primeira viagem”, ela cobra o preço da adesão que se dá com um ritual de passagem, como um trote para calouros. No caso das facções criminosas, mais especificamente o Primeiro Comando da Capital, o preso, primário ou não, deve ser *batizado* por um padrinho que será seu responsável nos primeiros meses de adaptação no *partido*, e nesses primeiros meses o ingressado conhecerá verticalmente as normas criminosas que até então conhecia genericamente. Ele ocupará uma função na estrutura orgânica da organização.

Em linhas gerais esta estrutura se apresenta da seguinte forma; *companheiro*<sup>80</sup>, aquele que não faz parte diretamente do *comando* e por isso não tem voz ativa nas decisões em assembleia, são todos aqueles que estão no crime e não são *oposição* nem *seguro*, geralmente encarregam-se de fazer pequenas *correrias* quando saem da prisão. Na segunda posição se encontra a grande maioria dos integrantes da facção, são os chamados *irmãos*, estes constituem o núcleo duro e orgânico da organização, as demais posições existentes são cumuladas com esta, pois efêmeras, transitórias, circunstanciais. Neste caso escolhe-se as pessoas que *querem realmente* seguir a carreira do crime e que demonstrem aptidão para tanto, ou seja, pessoas leais, sem nada a perder, normalmente com uma grande pena a cumprir e que tenham uma relativa experiência nas instituições que tem a responsabilidade de

<sup>78</sup> FOUCAULT, Michel. *Obra citada*, p.149.

<sup>79</sup> Havia no Carandiru uma *rua-10* em todos os blocos, era um corredor paralelo, em oposição à entrada, e por isso era propício para o acerto de contas, após condenação do tribunal do partido. Existe inúmeras menções À *Rua-Dez* na cultura periférica, mais especificamente nas letras de RAP, na letra *Barril de Pólvora* composta pelo lendário criminoso *Escadinha*, interpretada pelo *rapper* e presidiário *Dexter*, há a seguinte menção: “*Ontem lá na 10 tiraram uma vida, o finado estava de vencida, já era pra ter ido mas não foi, vacilou, errou, não teve boi...*”. Na música *Diário de um Detento* do grupo *Racionais Mcs*: “*Estuprador é diferente né? Toma soco toda hora, ajoelha e beija os pés, e sangra até morrer na Rua-10.*”

<sup>80</sup> No decorrer deste ano (2012) a nomenclatura em relação aos antigos *primos* mudou para *companheiros*, pois *primo* implicava a ideia de membro da *família*, enquanto que *companheiro* é mais preciso, não é da *família* mas *corre junto* quando necessário. “*Todo preso, seja residente ou primário, que fica no convívio de uma cadeia do PCC, que compartilha com os outros a mesma situação de encarceramento, é considerado primo.*” (BIONDI, Karina. *Junto e Misturado: Uma etnografia do PCC*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2010. Pg.91.)

ressocializar os presos, isto é; educandários, complexos médico-penais, cadeias, casas de detenção e penitenciárias, em suma: pessoas que tenham uma *caminhada transparente, sem rastro, mãos de proceder*<sup>81</sup>. Na terceira e seguintes posições encontram-se os postos transitórios, sobretudo direcionais, como o *torre, o voz, o disciplina, o piloto*, eles têm a função de emitir os *salves* e cuidar para que estes *salves* sejam cumpridos, estabelecendo assim uma *sintonia na família*.<sup>82</sup>

O PCC foi criado, de acordo com a versão mais aceita entre os presos (versão do livro de JOZINO-2004), quando em uma partida de futebol entre o Comando Caipira e o Primeiro Comando da Capital aconteceu uma briga que resultou em duas mortes dos membros do time Caipira. Sabendo da eventual punição, os membros do Primeiro Comando da Capital fizeram um pacto de lealdade para apoiar aqueles que fossem punidos, manifestando-se em grupo contra qualquer covardia. Assim, após este pacto (31 de agosto de 1993), o grupo cresceu e tomou força política na Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté.

No dia 07 de novembro de 2012 tivemos a oportunidade de entrevistar, em conversa informal, alguns egressos da PCE, não *faccionados*, que responderam da seguinte forma sobre os prós e os contras do domínio do PCC nas unidades prisionais paranaenses:

- Antigamente havia muita *pederastia* e muita *safadeza* na cadeia, entravam os *muleque* novo e os *funcionários* mesmos já vendiam eles pra algum *xis* que pagasse bem, daí os *véião* pederasta usavam um monte do *primário* e depois vendiam pra outro *barraco*, quando o muleque já tivesse todo *bagunçado*, ainda mais se fosse cara-lisa, zóio-azul, passava mal.

Eu – Como os funcionários faziam essa venda?

– Eles tiravam o menino da triagem e colocavam no *barraco* de quem pagasse mais, depois transferia *pro barraco do outro comprador*, ou de quem alugou, mas também tinha caso de comprar depois de ver, na verdade era o que mais acontecia, comprar na cega era arriscado, vai que o muleque não agradava os *pederasta*.

<sup>81</sup> “*Proceder* é o nome de uma relação travada por prisioneiros entre si, com funcionários e visitantes, e que dispõe sobre o comportamento esperado em cada situação de suas vidas, desde a alimentação até o jogo de futebol, passando também pelos cuidados com sua higiene. (Idem. Pg.95)

<sup>82</sup> *Torre*, responsável pela emissão de *salves*, pelas informações de uma determinada circunscrição. *Voz*, fala em nome do *comando*, emite *salves*, representa o PCC nas negociações com os funcionários das penitenciárias, informa os outros presos o *ritmo* e as regras sob as quais a *cadeia* funciona. *O disciplina*, é o responsável para que as regras sejam de fato observadas, além de *enxergar* e *correr a fita*, isto é, levantar a ficha, dos presos suspeitos de infração a algum código de conduta. *O piloto* é o responsável pela *galeria* ou mesmo cadeia onde se encontrem os membros do *partido*, cada *galeria* normalmente tem um piloto, e cada cadeia tem um *piloto geral*.

- E além disso, mais alguma mudança positiva?
- Sim, um monte né, agora não entra mais crack na cadeia, antigamente tinha uns *ninja* que metia uma camiseta na cara e assaltava a *sacola* dos *ladrão* na galeria, na saída da visita, tudo pra fumar pedra, ou os *funcionário* davam *pedra* pra receber informações dos *cagueta*. Também tinha muita *deselegância* na cadeia, os *bandidão* queriam ser mais *ladrão* que os outros, como ninguém é bobo o *estoque* corria solto na cadeia, nas antiga tinha até umas *highlander*, se vacilasse perdia a cabeça, tinha muita morte de bobeira, muita desunião entre os *ladrão*. Hoje em dia não pode mais entrar em *deselegância* sem a autorização do *comando*, não pode ter nem *estoque* mais, o único jeito de *tirar a bronca desbaratinado* é na capoeira. Hoje em dia não tem mais os *bandidão* de antigamente, não tem mais que comprar o *barraco*, e a *jéga* é do mais antigo, não é mais do mais *cheio*.
- E o que você acha que mudou pra pior?
- Então, é o seguinte, comigo mesmo rolou uma fita ali na PCE, um *malandrão de bocuda* veio tirar uma, me chamando de nóia e pá, falei que ia meter o *estoque* no *barraco* deles inteiro no *pátio*, daí na hora do *solar bati de frente* com o *maluco* e pá, daí os mano do *comando* me deixaram na *observação* por 90 dias, eu podia ir *pro* *pátio*, mas não podia jogar uma bola, uma capoeira, um baralho, não podia fazer nada durante esses 90 dias. De um lado tá certo, *foda* essas *quiaca*, só atrasa a *caminhada*, mas é foda, por exemplo, não pode negociar os *doce* do domingo, mas eles mesmo que compram, e é foda pagar pra ser *ladrão*, a gente já entra no *crime* pra não ter patrão, não receber ordem, essas *fita*, daí os cara entra nessas *fita* e só recebem ordem, um monte de *missão*, e ainda tem que pagar, eu to suave, não sou nem contra nem a favor, eu faço a minha.

É evidente que o PCC, por sua união e força política, representa uma instância de negociação com o poder público, obtendo conquistas e pressionando a administração penitenciária a respeitar a Lei de Execuções Penais, além de todo um fascínio que o *comando* causa nos jovens e adolescentes envolvidos com o crime, um de nossos entrevistados, com apenas 18 anos, preso por tráficos de drogas, com 22 *buchas* de *crack* no centro de Curitiba, afirmou veementemente: “Sou a favor do *comando*, é uma *família*, os *irmão* *correm pelo certo*, tem umas *ideia mostra*, com o *comando* é sempre *de igual!*” Realmente constatamos numa pesquisa de campo<sup>83</sup> que a maioria dos presos acha que o *comando corre pelo certo*.

No âmbito interno (prisões) o PCC representa os presos em suas lutas pelos direitos humanos e principalmente pelo grito de revolta que ganha visibilidade em cada rebelião, a grande problemática reside na *rua*, isto é, o *comando* tem seu braço forte no tráfico de drogas, e por isso é muito violento, *conquista*, pela força, as *biqueiras* que até então não eram do *comando*, arrecadam uma quantia de dinheiro significativa, todavia este dinheiro não retorna proporcionalmente como benefícios aos presos, o que gera uma evidente desigualdade entre

83

FREITAS JR, Renato de Almeida. *Idem*.

os *irmãos*, e esta desigualdade se reproduz geograficamente, pois os *irmãos* de São Paulo são mais respeitados que os *irmãos* do resto do país, o que se reflete, também, na gestão dos recursos percebidos.

O PCC é realmente uma *família*, ligada por laços de solidariedade e pertencimento, uma união entre os rejeitados, oprimidos, rotulados, uma facção que procurou e procura uma melhor condição carcerária para os presos brasileiros. Pelo fato de o *comando* não possuir uma estabilidade, uma rigidez hierárquico-organizativa, sua atuação sofre com as contradições inerentes ao processo de um *vir-a-ser* que acaba nunca sendo, uma igualdade que nunca chega, uma paz prisional perseguida muitas vezes pela violência.

Em maio de 2006 aconteceu a megarrebelião que envolveu 84 instituições penitenciárias, das quais dez fora do estado de São Paulo e “resultou num total de 299 ataques a órgãos públicos, 82 ônibus incendiados, 17 agências bancárias alvejadas a bombas, 42 policiais e agentes de segurança mortos e 38 feridos.”<sup>84</sup> Muitas cabeças foram decapitadas dentro das prisões nessas rebeliões, os inimigos, os *coisas*, a *oposição*, os estupradores e *caguetas*, todos aqueles chamados *indignos de cela*, de *convívio*, foram mortos.

Entretanto, morreram duas vezes, morreram de fato, seus corpos separaram-se de suas cabeças, e morreram simbolicamente, seus modos de vivência, seus *proceder* já não se compatibilizavam com o *proceder* dos que realmente eram *sujeito homem*. A geração dos *bandidões*, dos *duques*, dos *caguetas*, estava morrendo, enquanto irrompia uma nova ordem prisional, um novo sujeito *disciplinado* pela cultura prisional mais respeitada.

Nesse processo de transição os guerreiros uniram-se em *família* com suas *highlanders* em punho, constituindo verdadeiros tribunais revolucionários dentro das prisões, onde a execução, precedida pelo processo de conhecimento, era a morte, a *Rua-Dez* foi o palco obscuro destes processos de execução, símbolos dessa nova era, que ao mesmo tempo em que tenta trazer justiça, se impõem pela violência aterrorizante de seus métodos, vale lembrar que o próprio termo *terrorismo* adveio do tribunal revolucionário francês em seu período jacobino.

Como resulta do exposto, o PCC não pode ser considerado um novo messias, eles

---

<sup>84</sup>BIONDI, Karina. *Op., cit.*

tendem a fundar um novo poder mítico, uma nova normatividade-oficial, uma nova gestão das desigualdades, uma vez que não possui a capacidade e inclinação à inclusão de outros setores, trata-se de um grupo específico e saturado de contradições. Nada obstante, também não é o monstro pintado nos noticiários que conformam o senso comum (inclusive acadêmico), ele representa, como vimos, um enorme progresso em sua atuação interna, não conseguindo, ou não podendo, representar um progresso para a periferia e para os egressos em sua atuação externa.

Os *highlanders* somente são imortais no subterrâneo, em seus tribunais da *Rua-Dez*, fora delas a racionalidade instrumental weberiana prevalece em cada *pedra de crack* vendida aos seus iguais, em cada execução dos *nóias* inadimplentes, a pretensão de justiça dá vez à pretensão do chamado *fortalecimento da família*.

#### **4.2 Uma cultura *criminosa*.**

A rápida exposição da estrutura orgânica do PCC nos ajuda a entender o quão profunda é a rigidez das normas que orientam as ações desses indivíduos e quão autônomas são elas em relação às normas prisionais oficiais ou às normas vigentes na cultura dominante.

A tese de que existe uma sub(contra)cultura criminosa prisional não quer dizer que a prisão é o único elemento referencial para a criação simbólica, representativa e cultural dos presos. Entretanto, pode-se afirmar que a prisão é o núcleo gravitacional gerador destas manifestações culturais, é uma instituição de educação total, de remodelagem, *de reconfiguração do corpo e da alma do indivíduo*. Esta mutação que se dá pelas mãos do Estado e pelas mãos rarefeitas da cultura prisional, acompanha o *criminoso* por toda sua vida, pois ser *criminoso* é um modo de vida que influencia todos os ulteriores processos de socialização, bem como afeta as relações sociais de todos os indivíduos que compartilham desta mesma cultura.

Muito se fala na eficiente ineficiência da prisão, mas pouco se compreende acerca da autonomia criativa dos presos e suas realizações dentro da prisão. Uma instituição centenária abriga presos centenários, pois como bem asseverou Marx em *18 Brumário de Luis Bonaparte*: “*A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro*”

*dos vivos.*”<sup>85</sup>

Não obstante estarmos trabalhando com a ideia de uma sub (contra) cultura, devemos atentar ao fato de que a cultura *oficial* é, essencialmente, uma imposição da classe dominante em relação às classes dominadas, isto é, não há no ser humano um instinto cultural que independa das condições materiais de sobrevivência, o homem é animal humano e, como exigência de tal constatação, é primeiro necessidade e depois criatividade. Desta forma há que se levar em conta os efeitos que a cultura dominante produz para a própria ideia de subcultura criminosa:

A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções. **Esse efeito ideológico produz a cultura dominante dissimulando a função de divisão na função de comunicação: a cultura que une (intermediário de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante.**<sup>86</sup>

A cultura dominante é um instrumento de conservação do *status quo* já que atua distintamente, mas com uma roupagem igualitária e democrática. Assim pode-se compreender melhor a escolha dos bens jurídicos que estão no rol de reforço de proteção do direito penal, além de entendermos a legitimidade da insurgência cultural criminosa, assim poderemos desvendar o discurso e as práticas que constituem a atual realidade prisional brasileira, para com isso, traçarmos atuações estratégicas de mudança social numa proposta criminológica (de política criminal) alternativa.<sup>87</sup>

<sup>85</sup> MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. In: GIANNOTTI, J.A (Org.). *Os pensadores*. 3ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985. (grifos meus).

<sup>86</sup> BOURDIEU, Pierre. *Op., cit.*, p. 10-11. (grifos nossos).

<sup>87</sup> Mudamos nossa posição em relação ao trabalho anterior: *A mutação Antropológica: Uma crítica à tecnologia da alma*. *Op., cit.*



### 4.2.1A Linguagem.

A linguagem é a casa do Ser, ela envolve o homem em todas as suas facetas. É com ela que o homem constrói subjetivamente sua realidade, o fazer e o pensar estão visceralmente ligados à linguagem, e por isso pode-se afirmar sem exageros que a linguagem é a mais importante das manifestações culturais. Ela é a manifestação de uma realidade experienciada pelo indivíduo, as palavras e expressões que ela encerra não são universais, por isso a palavra *caminhada* tem um significado para nós e um outro muito diferente para os presos.

“Os sistemas simbólicos, como instrumentos de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados. O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnosiológica*: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo a que Durkheim chama de *conformismo lógico*, quer dizer, 'uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências'”.<sup>88</sup>

A cultura e a linguagem são inerentes aos seres humanos, desta forma, ambas podem servir para diferenciá-los, e é com esse propósito que adentraremos no tema.

A linguagem criminosa é consentânea com realidade prisional, ela é relativamente, e às vezes totalmente, ininteligível para os setores da cultura dominante, como é o caso da linguagem por sinais utilizada na Casa de Custódia de Curitiba. Esta linguagem, que se parece em partes com a LIBRAS, é utilizada em inúmeras situações: quando os presos se comunicam por sinais para que os guardas não entendam, quando a distância inviabiliza a linguagem oral, quando se quer demonstrar uma eventual passagem pelas prisões em que essa linguagem é regra, como uma forma de autovalorização uma vez que isto implica uma grande experiência no sistema prisional.

Outro aspecto diferenciador da linguagem prisional são as chamadas gírias que nascem no interior das prisões e espalham-se por toda a comunidade, palavras como *jéga*, *boi*, *marrocos*, *jumbo*<sup>89</sup> (alimentação trazida pela família no dia de visita) entre outras, formam e

<sup>88</sup> BOURDIEU, Pierre. *Obra citada*, p.09.

<sup>89</sup> A palavra *jumbo* tem sua origem histórica em um grande supermercado de São Paulo que se chamava *jumbo*. As famílias dos presos costumavam comprar alimentos para entregá-los no dia da visita neste

conformam o horizonte simbólico-cultural experienciado pelos presos.

Uma linguagem pesada sem meio termo ou eufemismo é a expressão fiel de uma realidade extremada onde se sobrevive ou se morre sem meios termos, por isso as condutas são sempre classificadas como certas ou erradas, dignas de honra ou de condenação, de vida ou de morte, os extremos são detalhadamente descritos através de inúmeras palavras. A prisão possui uma linguagem própria, uma ética própria, uma estética própria, em suma: A prisão é habitada por um novo indivíduo, *o criminoso*.

Um detalhe interessante extraído das entrevistas com os internos<sup>90</sup> foi o fato de que o preso é chamado por seus iguais de *vagabundo*, mesmo se estiver trabalhando de sol-a-sol, pois ser *vagabundo* representa um modo de vida que se refere aos valores e não a ocupação material do indivíduo, pode-se chamar o prisioneiro de *ladrão* mesmo que este tenha cometido um homicídio ou traficado drogas, porque ser *ladrão* é a representação genérica de todo aquele grupo, independentemente de já terem cometido ou não ilícitos penais. Ser *ladrão*, *bandido*, *vagabundo* é uma identidade cultural que tem vários desdobramentos no mundo material, mas certamente o cometimento de crimes não é a que mais lhe caracteriza, e por isso a importância de compreendermos o universo simbólico do qual o preso faz parte na qualidade de sujeito e de sujeitoado.

### 4.3 A Transmissão de Valores

A transmissão de valores remete-nos a uma relação entre cultura dominante versus cultura *criminosa*, pois a principal característica da cultura criminosa é o conflito e/ou o distanciamento em relação à cultura dominante. Assim sendo, faz-se necessário uma análise psicológica e sociológica do indivíduo, já que a transmissão de valores supõe um processo prévio de aprendizagem que estabelece um vínculo mais ou menos durável entre valores e

---

supermercado, e os produtos entravam com a sacola, desta forma a alimentação trazida ficou conhecida como *jumbo*, e logo se espalhou pelas prisões do Brasil todo.

<sup>90</sup> As entrevistas foram realizadas com a autorização da direção da Penitenciária Central do Estado e do Centro de Detenção e Ressocialização-II. Além destas unidades prisionais entrevistei internos e ex-internos de diferentes unidades. Contudo houve uma grande resistência dos presos em preencher formulários, pois não queriam ser reconhecidos pelos escritos, motivo pelo qual faço referência às pesquisas embora não tenha anexado nenhum documento oficial no presente trabalho.

indivíduos.

A desconfiguração do Eu (e a reconfiguração de um outro Eu) pela prisão através da disciplina e das técnicas de saber-poder empregadas pelos ortopedistas da moral<sup>91</sup> é complementada pela convivência com uma cultura centenária e autônoma, que paira sobre a prisão e produz um novo indivíduo, o *criminoso*, aquele que assumiu a nova identidade, vítima do desvio secundário.

Segundo Foucault, a transmissão de valores e a reconfiguração do indivíduo se dão através de uma tecnologia da alma, isto é, uma tecnologia que visa conhecer a totalidade do indivíduo para exercer um poder total sobre ele. A disciplina tem que ser uma máquina potente para normalizar aqueles indivíduos pervertidos;

“(...) seu modo de ação é a coação de uma educação total (...). Esse ‘reformatório’ integral prescreve uma recodificação da existência bem diferente da pura privação jurídica de liberdade e bem diferente também da simples mecânica de representação com que sonhavam os reformadores na época da Ideologia”<sup>92</sup>

O isolamento pretendido pelo tipo ideal de instituição total (ou o panóptico de Bentham) não é realidade no Brasil onde o desemprego crônico permite a degradação física e psicológica, quando não o extermínio, dos condenados, uma vez que a eficácia da prisão pressupõe condições de vida inferior as da classe trabalhadora mais aniquilada<sup>93</sup>. Com efeito, a prisão forma uma população homogênea de criminosos, pois não se classifica e muito menos se individualiza a pena; neste espaço de poder todos são iguais, homicidas psicologicamente comprometidos e furtadores de chocolate em supermercado.

#### **4.4 O Criminoso**

Como se pôde inferir do já exposto, a essência do criminoso é a história e não a

<sup>91</sup> FOUCAULT, Michel. *Obra citada*. p.195-220.

<sup>92</sup> Idem. p.199.

<sup>93</sup> RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. *Punição e estrutura social*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1999.

ontologia<sup>94</sup>, ele é o resultado da incidência das técnicas de saber-poder impostas pela prisão. O sistema penitenciário com todos os seus especialistas na arte da *ortopedia moral* efetua uma curiosa substituição:

“Das mãos da justiça ele recebe um condenado; mas aquilo que sobre ele deve ser aplicado, não é a infração, é claro, nem mesmo exatamente o infrator, mas um objeto um pouco diferente, e definido por variáveis que pelo menos no início não foram levadas em conta na sentença, pois só eram pertinentes para uma tecnologia corretiva. **Esse outro personagem, que o aparelho penitenciário coloca no lugar do infrator condenado, é o delinquente.**”<sup>95</sup>

Nota-se do excerto acima que a diferença entre o infrator e o criminoso reside no fato de que o primeiro recebe uma sentença por conta do ato que praticou, já o segundo recebe uma punição técnico-disciplinar por conta da vida que tem. Uma punição se refere ao ato e a outra ao autor. Vê-se uma interessante substituição do objeto sob qual incide a *correção disciplinar*: “*A técnica penitenciária se exerce não sobre a relação de autoria, mas sobre a afinidade do criminoso com seu crime.*”<sup>96</sup>

A tecnologia da alma inventada e empregada pelos ortopedistas da moral é que transmutou e produziu o *delinquente*, um saber total sobre o corpo e a alma do indivíduo que possibilita reconstituir o âmago do mal e produzir uma técnica para expurgar essa relação de afetividade que o infrator tem com o crime praticado. Portanto a técnica penitenciária é a verdadeira criadora do indivíduo transmutado.

“A técnica penitenciária e o homem delinquente são de algum modo irmãos gêmeos. Ninguém creia que foi a descoberta do delinquente por uma racionalidade científica que trouxe para as velhas prisões o aperfeiçoamento das técnicas penitenciárias. Nem tampouco que a elaboração interna dos métodos penitenciários terminou trazendo à luz a existência 'objetiva' de um delinquente que a abstração e a inflexibilidade judiciária não podiam perceber.”<sup>97</sup>

Entendemos, como já tivemos oportunidade de explicar, que a mutação antropológica se dá não somente através do saber-poder prisional, ou seja, com a disciplina oficial, pois este

<sup>94</sup> O criminoso não é uma realidade em si mesmo tal como queriam os positivistas e evolucionistas, ele é, sobretudo, uma construção histórica, alvo de um poder disciplinar e objeto de incidência de um saber total.

<sup>95</sup> FOUCAULT, Michel. *Obra citada*. p.210.

<sup>96</sup> Idem. p.211.

<sup>97</sup> Idem. p.213.

corpo técnico é ínfimo quando comparado com o número de presos em prisões como a PCE<sup>98</sup> ou a CPA<sup>99</sup>, e em assim sendo a disciplina oficial disputa espaço com a disciplina da cultura criminosa, ambas manipulam a identidade já deteriorada do infrator com o mesmo objetivo, qual seja, produzir docilidade e utilidade, e o resultado destas duas forças disciplinares que se opõem e se complementam é o criminoso.

A delinquência, nos termos propostos por Foucault, é a vingança da prisão contra a justiça, e o criminoso, nos termos por nós propostos, é a vingança dos infratores contra a prisão. Revanche tão temível que faz calar o saber disciplinador. É então que os criminólogos se impõem.<sup>100</sup>

É neste momento que a suposta racionalização do processo punitivo se desmancha no ar, pois quando falha o saber-poder disciplinador da prisão, o braço feio, vergonhoso e obscuro do Estado emerge das profundezas do discurso e aniquila seus *inimigos*, facilmente identificados pela mutação de que foram vítimas na prisão, e também daqueles que compartilham destes mesmos valores culturais em menor ou maior grau, ou seja, toda a população criminalizada e criminalizável torna-se alvo da polícia que mais mata no mundo, instituindo um verdadeiro processo de extermínio, consagrando um eficiente sistema de execução sem sentença.

#### 4.5 Breves considerações finais

Observará o leitor que prescindimos de uma análise da lei de Execuções Penais, e não por descuido, entendemos que há uma contradição entre as linhas programáticas legais e o real funcionamento das instituições que as executam<sup>101</sup>, da mesma forma que há uma incongruência entre os objetivos declarados do sistema prisional e as funções que realmente exerce.

A eficiente-ineficiência da prisão serve apenas aos setores dominantes da sociedade, pois inculca no imaginário popular o discurso acerca das funções declaradas do sistema

<sup>98</sup> Penitenciária Central do Estado do Paraná.

<sup>99</sup> Colônia Penal Agrícola do Estado do Paraná.

<sup>100</sup> FOUCAULT, Michel. *Op., cit.* Pg.213.

<sup>101</sup> BATISTA, Nilo. *Introdução crítica ao direito penal brasileiro*. Rio de Janeiro: Revan, 1o.ed, setembro de 2005. p.27-33.

prisional e por outro lado realiza, a bem da verdade, as funções ocultas: reprodução das relações de produção e da massa criminalizada<sup>102</sup> que já não mais serve aos interesses do capital, pois “todo sistema de produção descobre punições que correspondam às suas relações produtivas.”<sup>103</sup>

Ademais, como se pretendeu demonstrar até agora, o criminoso não se caracteriza por estar fora da lei, é diametralmente o oposto, o criminoso está visceralmente ligado à lei, é fruto dela. A lei e o criminoso surgem em um mesmo momento, e por isso a técnica penitenciária é a tecnologia que viabiliza uma reconstrução da própria alma do infrator. Neste sentido, quanto mais tempo se permanece nestas instituições totais, maior é o grau de deterioração da identidade daqueles que a habitam, o que, por sua vez, possibilita ainda mais uma reconstrução da alma e do corpo, em suma: *“O delinquente é um produto da instituição. Não admira, pois, que, numa proporção considerável, a biografia dos condenados passe por todos esses mecanismos e estabelecimentos dos quais fingimos crer que se destinavam a evitar a prisão.”*<sup>104</sup>

Mas não se pode atribuir o êxito da mutação antropológica somente à instituição-prisão, pois a disciplina não é atributo exclusivo das instituições, ela é um exercício de poder que comporta uma gama de instrumentos, procedimentos, técnicas, níveis de aplicação e mesmo de alvos; *“ela é uma física ou uma anatomia do poder, uma tecnologia.”*<sup>105</sup>

Outras instituições, organizações, grupos e associações podem exercer poder através da disciplina, como é o caso das facções criminais historicamente estabelecidas nos presídios, ou até mesmo a população carcerária não associada, mas homogênea no que diz respeito às normas fundantes e fundamentais para um “pacífico” convívio.

Desta feita, entendemos que há um exercício do poder disciplinar por parte da instituição e da população carcerária, o que caracteriza uma educação total que normaliza o infrator na totalidade de seus atos. Surge daí uma linguagem, ética e estética próprias, que são transmitidas às pessoas mais próximas aos presos, quais sejam; família, vizinhos e amigos.

<sup>102</sup> SANTOS, Juarez Cirino dos. *A criminologia radical*. 3.ed. - Curitiba: ICPC: Lumen Juris, 2008. p.128.

<sup>103</sup> RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. *Punição e estrutura social*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1999.

<sup>104</sup> FOUCAULT, Michel. *Obra citada*. p.249.

<sup>105</sup> Idem. p.172.

Conquanto não se deva inferir da assertiva retro que todas essas pessoas suscetíveis aos influxos axiológicos criminosos se tornem também criminosas, o que seria um absurdo. O influxo se dará em maior ou menor grau de acordo com a intensidade em que a pessoa já assimilou para si a cultura dominante (crianças e jovens geralmente são mais suscetíveis), com a proximidade afetiva em relação ao criminoso e por fim, e mais decisivo, o influxo será mais intenso se as condições materiais de existência do indivíduo influenciado se adequar funcionalmente aos valores transmitidos, ou seja, se a miséria bate à porta não há crença em valores que convença sobre a justiça do preceito divino *não roubarás*:

*“Não há então natureza criminosa, mas jogos de força que, segundo a classe a que pertencem os indivíduos, os conduziram ao poder ou à prisão: Pobres, os magistrados de hoje sem dúvida povoariam os campos de trabalhos forçados; e os forçados, se fosse bem nascidos, ‘tomariam assento nos tribunais e aí distribuiriam justiça’. No fundo, a existência do crime manifesta felizmente uma incompreensibilidade da natureza humana; deve-se ver nele, mais que uma fraqueza ou uma doença, uma energia que se ergue, um brilhante protesto da individualidade humana que sem dúvida lhe dá aos olhos de todos seu estranho poder de fascínio.”*<sup>106</sup>

O Estado cria o excluído, o crime, e por fim transforma o excluído em um *criminoso*. Nega-lhe a existência digna, oferece-lhe o embrutecimento através de uma existência animalesca. Contudo, na escuridão dos calabouços modernos, em meio às máquinas de torturas mais sofisticadas e nem assim compreendidas, os infratores insurgem-se, organizam-se e ameaçam aqueles que desfrutam *inocentemente* o banquete oferecido pela atual situação.

---

<sup>106</sup>

Idem. p. 240.

## 5. ANTROPOEMIA, CIVILIZAÇÃO, DIREITO E BARBÁRIE!

*A antropoemia – o vômito – interrompe a digestão e a evacuação: reverte a dialética ao não permitir que se faça a síntese. Impedido de virar bosta, todo vômito se faz comestível: na contramão da síntese, vomitar é a possibilidade de comer novamente, e outra vez mais. “Continua transformação do tabu em totem”. Todo vômito “já éramos” alimento – como indicava Oswald no Manifesto de 1928. O vômito pode ser, portanto, elemento terciário no interior da lógica binária: É ao mesmo tempo alimento e dejetos, inclusão e exclusão. Ambivalência. O vômito é o pulsante processo dialético e histórico, instável e informe. Força que não estabiliza.<sup>107</sup>*

Segundo Lévi-Strauss, em *Tristes Trópicos*, há duas formas de se relacionar com o inteiramente Outro nas sociedades, a primeira é a *antropofagia*, onde a cultura estranha é absorvida, assimilada, *fagocitada* pela cultura dominante (“anfitriã”). A segunda forma é a *antropoemia*, do grego *emein* (vomitar), que na mesma situação decide por expulsar, vomitar, repelir o Outro, o corpo patológico, a excrescência, vista como inimigo comum, fator de coesão interno e objeto de uma forma particular de política, a *biopolítica*.

A segurança, bem-estar e gestão das vidas humanas são os objetos centrais dessa nova política<sup>108</sup>, uma mera administração da vida que nega o político dentro da política. A universalidade característica da política, a luta de classes, a proposta de Estado-mínimo, neoliberalismo, socialismo, todas sucumbem ante a demanda falseada (ou será pura e simplesmente uma falsa demanda?) da *política do medo* (face única da biopolítica atual). A imposição de pontos específicos na pauta do dia (de todos os dias) é o que anima os sujeitos políticos, o policiamento do espaço público, o aniquilamento do inimigo, a guerra contra o tráfico, são os itens que preenchem a agenda política atual.

Uma política de guerra, forjada pelo medo, centrada na defesa de um iminente ataque do inimigo, o “Brasil, ame-o ou deixe-o” militar foi emblemático na negação da política autêntica, no empobrecimento da *pólis*. Hoje, nesse exato momento, os *ataques* do PCC são

<sup>107</sup> Texto de apresentação do Seminário *Vômito e Não: Práticas Antropoêmicas na Arte e na Cultura*. Quarto seminário de pesquisadores do PPGARTES – UERJ. Extraído do site: <http://ivseminarioppgartesuerj.blogspot.com.br/>, no dia 14 de novembro às 15h50min.

<sup>108</sup> AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: O poder Soberano e a Vida Nua*. 2.ed. - Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. Pg. 116 e seguintes.



os grandes acontecimentos dignos de atuação política, novas e mais severas leis, construções de presídios mais seguros e isolados da sociedade, um policiamento mais intenso e contundente, são as demandas “populares” que vociferam pelas cordas vocais midiáticas.<sup>109</sup>

O Outro, a vítima da seleção secundária, é o *feio*, o negro, o derrotado pela guerra primeira que inaugurou o Direito e instaurou o reino da “paz jurídica”, essa incessante espoliação que fere em cada vitória no presente todos os derrotados da história, ressuscita os mortos para matá-los novamente, ergue arcos-do-triunfo sob os crânios dos vencidos. O Outro, nessa guerra, é o inimigo, que torna o medo “legítimo”, pois:

O capitalismo tardio que, através do empreendimento neoliberal criminaliza a pobreza, trabalhando-a como refugos do mercado (como disse Wacquant), precisam do medo para levar a cabo suas políticas de controle social: nas favelas ou nas prisões. Os que sobraram, os novos impuros, têm de ser neutralizados ou aniquilados (se não for no corpo, pelo menos na alma). No Brasil, que é parte da imensa instituição de sequestro que se tornou a América Latina (Zaffaroni), essa realidade só aprofunda a herança escravocrata. O olhar cotidiano indiferente à miséria e às torturas e mortes violentas dos pobres (de tão negro, ou tão negros de tão pobres) precisa de um discurso que explique e naturalize o macabro espetáculo global. É por isso que esses discursos do medo se difundem pelas telas, pelas bancas.<sup>110</sup>

Para Bauman<sup>111</sup> os *refugos sociais*, os *ninguéns*, são vistos como o verso indesejado da moeda do sucesso, a negação do ideal do *self made man*, aquele que não venceu na vida. Inaceitável para a nova ordem, não apenas simboliza sua derrota pessoal, mas também acena para uma derrota social. “Ser um alter-ego significa *servir como exposição pública do íntimo privado, como demônio interior a ser publicamente exorcizado*”.

Nada obstante, há uma política liberal de tolerância em relação aos excluídos, não se

<sup>109</sup> “Em um mundo de poucos vínculos, a imolação do inimigo é deveras sedutora. *Expressa a visão global da sociedade e traduz um profundo desejo de unanimidade, vontade de unidade inabalável. O impuro, o criminoso, mais o horror inspirado pela sua infração, permitem essa unidade instantânea.*” (LINCK, José Antônio Gerzson. *A Criminologia nos Entre-Lugares: Diálogos entre Inclusão Violenta, Exclusão e Subversão Contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Iuris, 2010. Pg.98-99.)

<sup>110</sup> BATISTA, Vera Malaguti. *O Medo na cidade do Rio de Janeiro: Dois tempos de uma história*. Rio de Janeiro: Revan, 2003, pg.108.

<sup>111</sup> BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Holocausto*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, p.119.

pode professar uma segregação entre os *bonitos* e os *feios*<sup>112</sup> sem ser taxado de eugenista, porém tal proibição ética não se estende aos condomínios fechados, estes são traçados de acordo com a *arquitetura do medo*, são espaços de segurança máxima e de sociabilização mínima, onde o concreto e o aço dão forma à fortaleza da indiferença, e a diferença é rechaçada por um grupo homogêneo de pessoas que possuem os mesmos gostos, padrões de consumo, desejos e costumes.

Essa tolerância “liberal-progressista” em relação ao Outro é sustentada por um medo obsessivo ao incômodo<sup>113</sup>, assim o Outro é suportado enquanto não mostra seu rosto, somente quando a presença do Outro não se torne invasiva, isto é, só enquanto o Outro não seja realmente o *Outro*. Quando adolescentes negros e periféricos tentam adentrar os shoppings da capital paranaense sua alteridade é evidenciada, e a tolerância torna-se fascismo justificado justamente pelo fato de o outro não ser um Outro forjado, mas um realmente Outro, um absolutamente Outro. *O que se verifica é a antropoemia, o vômito da indigestível 'excrecência' social.*

Esse Outro, negro e pobre, é visto como integrante de uma *underclass*, fardo para os cidadãos, incapaz no sentido forte do termo, é o nordestino para o sulista conservador, é o *terrone* (termo pejorativo referente ao italiano do sul) na Itália, os descendentes indígenas na América Latina e etc. Sempre há um inimigo interno para animar a biopolítica, por isso o bolsa-família é visto, além de assistencialismo barato que realmente é, como esmola aos incapazes, aos delinquentes potenciais:

O que era entendido anteriormente como direito do cidadão, como rede de segurança coletiva, passa a ser interpretado como caridade, estigma dos incapazes e dos previdentes, difamados como sendo um sorvedouro do dinheiro dos contribuintes, associados no entendimento público a parasitismo, negligência censurável, promiscuidade sexual ou abuso de drogas – eles se tornam cada vez mais a versão contemporânea da recompensa do pecado, e recompensa do pecado que nós, não só já não podemos custear, como para o qual não existe razão moral por que deveríamos tentar fazê-lo. Não mais seguro coletivo contra os riscos: esta tarefa foi

<sup>112</sup> “Todos os rancores disseminados e ódios divergentes convergem para a vítima expiatória, estampada nos jornais com saliente *diferença*, já que as reportagens midiáticas (como os rituais espiatórios) produzem na notícia a impressão de *anormalidade* da maioria dos criminosos.” (LINCK, José Antônio Gerzson. *A Criminologia... Op., cit.* Pg.106. Nesse mesmo sentido ZAFFARONI et alii. *Direito Penal Brasileiro ... Op., cit.* Pg.46.

<sup>113</sup> ZIZEK, Slavoj. *Reflexiones... Op., cit.* Pg.57 e seguintes.

privatizada.<sup>114</sup>

Quando o próximo se aproxima, ousando ingressar no espaço restrito que marca a individualidade monádica, torna-se de imediato um invasor violento, agressor (pois decai de sua condição humana), ao que só se pode responder com o banimento, com a guerra preventiva e suas “consequentes” terapias de choque, consagradoras do medo como matriz estratégica não apenas de intervenção (nos países, grupos e pessoas), mas de constituição da subjetividade, o que nos permite afirmar que o elemento central que move a política atualmente é o medo.

O medo constitutivo dos sujeitos, observado pela incessante busca por segurança na insegurança não do não possuir raízes, mas da possibilidade de dispô-las, encontra o seu correspondente na esfera pública, colocando como centro dos direitos humanos, hoje, “o direito a não ser assediado, que é o direito de permanecer a uma certa distância”<sup>115</sup>. Estamos diante, portanto, daquela face autêntica do que significa tolerância, que é mais do que uma rejeição sobre algo relevante com que não concordo<sup>116</sup>: é poder dispor de tecnologias, instituições, aparelhos, técnicas e mecanismos; é o poder de poder dispor da *alteridade*, de tentar tecer relações com aquilo que não pertence à totalidade.<sup>117</sup>

Passamos a falar, aqui, de solidariedade, tratando não do Próximo, mas de um Outro. Mais do que a des-política vigente, a “biopolítica pós-política”, a via parlamentar, a “longa marcha através das instituições”, interessa-nos o campo do político a ser mapeado enquanto politização radical que atravessa a Totalidade vigente e indica a Exterioridade, no movimento de configuração de mundos. O Próximo é aquele que está (des)qualificado diante da ordem simbólica, aquele que possui ou passa a possuir identidade, lembrando que o custo do possuir é o de se deixar tornar propriedade daquilo que se assume: não se é mais o que era, mas sim mulher, homem, judeu, cristão. A esfera do Próximo é a esfera do cidadão, da compreensão tradicional do reconhecimento, daqueles que formalmente detêm direitos e garantias perante a

<sup>114</sup> BATISTA, Vera Malaguti. *O Medo na Cidade do Rio de Janeiro: Dois Tempos de uma História Real*. Rio de Janeiro, Revan, 2003. Pg.82.

<sup>115</sup> ZIZEK, Slavoj. Idem.

<sup>116</sup> FORST, Rainer. *Tolerance is a fine art* (Entrevista). Disponível em: <<http://www.goethe.de/ges/phi/eth/en6336458.htm>>.

<sup>117</sup> FREITAS JR, Renato de Almeida. CORDEIRO, Roan Costa. *Cale-se: Violência e Linguagem ... Op.,cit.*

ordem instituinte <sup>118</sup>, sem deixar de traduzir, ainda, as injunções cristãs de amor na incondicionalidade do ser do outro, mas desde que este permaneça como representação do Mesmo na proximidade. Quando Freud e Lacan insistem na natureza problemática da injunção judaico-cristã fundamental “‘ama o teu próximo’ (...) afirmam uma tese muito mais forte sobre a incompatibilidade entre o Próximo e a própria dimensão da universalidade. O que resiste à universalidade é a dimensão propriamente inumana do Próximo” <sup>119</sup>.

Há que se fugir dessa lógica da comiseração, esfera em que reina a tolerância multicultural para com o diferente, caridade para com o próximo, numa tentativa cada vez mais eficiente de *culturalização da política*. Devemos nos insurgir e propugnar uma urgente *politização da cultura*, afirmar a necessidade de identificação e solidariedade em relação ao Outro como princípio ético norteador da *pólis*, e somente o faremos a partir da *de-cisão*, da tomada de posição na luta profana e ingrata que a história tem nos reservados, sem espaço para caridade judaico-cristã-expiatória que vê em cada sofrimento uma possibilidade de se redimir pelo fato de não sofrer, que vê os *pobres* como crianças angelicais que, com sua ajuda benemérita, um dia irão crescer. Deve haver uma identificação, novamente, nos termos brechtianos:

Respondendo a uma pergunta sobre a pátria, o sr. K. tinha dito: “Posso passar fome em todo lugar”. Então um ouvinte mais rigoroso perguntou o que significava ele dizer que passava fome, quando na realidade tinha o que comer. O sr. K. justificou dizendo: “Provavelmente eu quis dizer que posso viver, se quiser viver, em todo lugar onde reina a fome. Admito que é bem diferente se u eu mesmo passo fome ou se vivo onde reina a fome. Mas para minha desculpa me será permitido dizer que viver onde reina a fome é, para mim, se não tão ruim quanto passar fome, certamente muito ruim. Para outros não teria importância que eu passasse fome, mas é importante que eu seja contra o fato de haver fome.” <sup>120</sup>

<sup>118</sup> A problemática (da) transferência dos problemas de identidade para o âmbito privado indica um modo de tentar conter em uma esfera pretensamente isenta da cobertura da normatividade pública o curto-circuito entre o identitário e o anti-identitário. Na verdade, trata-se de deixar os problemas entregues a uma normatividade *sui generis*, que encontra apoio delimitador e interveniente no campo estatal, o qual atua de modo a assegurar essa esfera própria que auxilia a fundar.

<sup>119</sup> ZIZEK, Slavoj. *Violência*, p. 56.

<sup>120</sup> BRECHT, Bertolt. *Histórias do Sr. Keuner*. Tradução de Paulo César de Souza. - São Paulo: Ed. 34, 2006. Pg.21.

Esta é a única forma autêntica de alteridade, como a mãe empregada doméstica que na casa do patrão não consegue se alimentar direito porque sabe que em casa seus filhos estão passando fome, de forma que a fatura no emprego torna-se insuportável.

### 5.1. (Ex)(In)clusão do outro na “Ordem”.

A partir da diferenciação entre vida qualificada pela humanidade (*bios*) e vida animal, bestial, vida nua (*zoé*), Agamben procura evidenciar o objeto último da política moderna, qual seja, a vida humana, em sua relação entre *zoé* e *bios*, por isso chamada de *biopolítica*. “Em todo caso, o ingresso da *zoé* na esfera da *pólis*, a politização da vida nua como tal constitui o evento decisivo da modernidade, que assinala uma transformação radical das categorias político-filosóficas do pensamento clássico.”<sup>121</sup>

Assim, para o autor, a principal dicotomia moderna não é aquela entre amigo-inimigo, nós-eles, mas aquela entre *bios* e *zoé*, exclusão-inclusão. O soberano agora é aquele que pode qualificar através da política a vida dos viventes, e manter-se fora e dentro do ordenamento ao mesmo tempo, já que *decide* sobre o estado de exceção, que é uma ordem jurídica para a suspensão do próprio jurídico, é uma inclusão exclusiva, uma apropriação desapropriadora, onde a norma vige sem significar. Do mesmo modo que a violência que institui o direito é ela mesma *juridicamente exterior* ao direito, o soberano (portador por excelência dessa violência) é, também, exterior ao direito em sua interioridade jurídica. Assim “eu, o soberano, que estou fora da lei, declaro que não há um fora da lei.”<sup>122</sup> É neste obscuro e cinzento *campo* de *insignificação* que reside a figura do *homo sacer*.

Exemplifiquemos; as penitenciárias brasileiras são modelos gritantes de *campos de exceção*, uma vez que a única aplicação da lei, da decisão política, é para *desaplicar* a Lei de Execuções Penais (LEP). Não pelo simples fato da reclusão, pois este representa uma incursão na ordem, o “delinquente”, como demonstrou Foucault, não está fora-da-lei, está visceralmente dentro da lei, ele mesmo é produto da lei em sua aplicação plena. Mas no caso

<sup>121</sup> AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: O Poder Soberano e a Vida Nua I*. Tradução de Henrique Burigo. 2.ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. Pg.12.

<sup>122</sup> *Idem*.

brasileiro a asserção não é de todo verdadeira, o “delinquente”, na execução penal, não está inserido em nenhuma ordem, o nexó entre localização (penitenciária) e ordenamento (LEP) é rompido por uma *decisão* do soberano que *desaplica*, suspende qualquer referência legal ao tratamento dos presos, confundindo natureza (relação de fato) e direito (relação jurídica).

Mas como incluir uma comunidade carcerária já organizada, centenária, não mais submissa aos ditames disciplinares oficiais? A resposta dada por Agamben é: “Aquilo que não pode ser em nenhum caso incluído vem a ser incluído na forma de exceção.”<sup>123</sup> O direito entraria, inexoravelmente, em curto-circuito com a política propriamente dita, e por isso a decisão, como ato de intersecção entre o jurídico e o político, deve *desaplicar* a norma, pois como já foi demonstrado<sup>124</sup>, nas sociedades capitalistas vige o princípio da mínima elegibilidade, isto é, não haverá penitenciárias que ofereçam condições melhores de sobrevivência quando comparadas às condições de sobrevivência da classe trabalhadora mais aniquilada.

Esse caráter da exceção, que reflete a estrutura da soberania, de não ser mera natureza (fato fora do direito) e nem mera juridicidade (fato apreendido e qualificado pelo direito), é a “estrutura originária na qual o direito se refere à vida e a inclui em si através da própria suspensão.”<sup>125</sup> A esse caráter dúbio do soberano (e da exceção), Agamben chama de *bando*, que significa tanto a exclusão da comunidade como a ordem soberana para essa exclusão. *Bando* nos remete ao *banido*, que foi *abandonado* pela ordem jurídica, possivelmente tornando-se um *bandido*, em todos os casos ele está dentro e fora da lei, em seu seio, tecendo as relações mais íntimas, e mesmo assim *abandonado*. Só é *bandido*, *abandonado*, *ser de bando*, *banido*, porque assim *decidiu* o Soberano através de sua ordem (*bando*), o *banido* é o objeto da decisão (*bando*) e o exterior de todas as decisões ao mesmo tempo, deixado livre pela inclusão excludente, é o núcleo marginal do direito, ou a margem nuclear do fenômeno jurídico, determinando reflexivamente e reciprocamente o caráter do soberano, é nesta relação que podemos compreendê-lo.

---

<sup>123</sup> *Ibidem*. Pg.31.

<sup>124</sup> RUSHE, Gerg e KIRCHHEIMER, Otto. *Punição e Estrutura Social*. Trad. Gilene Neder. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 199.

<sup>125</sup> AGAMBEN ... *Op., cit.*

Como se vê, ao contrário de uma oposição absoluta ente *homo sacer* e *soberano*, o que temos é a relação próxima e direta entre ambos, os extremos se tocam e se descortinam. A *sacratio* qualificadora da vida nua comporta também uma dupla exceção, “tanto do *ius humanum* quanto do *ius divinum*, tanto do âmbito religioso quanto do profano.”<sup>126</sup> Com efeito, a *sacratio* suspende o *homo sacer* da comunidade humana fazendo-o objeto de pertencimento divino na forma da *insacrificabilidade*, e também o inclui na ordem profana através de sua matabilidade. “A vida insacrificável e, todavia, matável é a vida sacra.” Assim, “soberana é a esfera na qual se pode matar sem cometer homicídio e sem celebrar um sacrifício, e sacra, isto é, matável e insacrificável, é a vida que foi capturada nesta esfera.”<sup>127</sup>

Observe-se que o caráter soberano sobre a vida do *matável* se estende a todos os outros incluídos na ordem, é precisamente por essa razão que o noticiário destaca o fato de que o vitimado pela polícia tinha “passagem na polícia” ou “envolvimento com drogas”, fazendo com que o senso comum aceite, compreenda e apoie essas mortes, pois se criou no imaginário popular o paradigma de guerra, onde se instaura o *estado de exceção*, e sua figura correlata é o *homo sacer*, o excluído, inimigo da ordem por ela incluído pela exclusão. Assim, se pobre, negro e *bandido*, todos podem matar sem responder por homicídio. Afinal, nas *notícias da guerra particular* entre polícia e PCC (em tese, pois suspeitos não são poupados) mais de 300 mortes foram contabilizadas nos últimos 60 dias (nessa guerra não se faz prisioneiros) e nenhum policial ou integrante de grupo de extermínio foi preso!

Destarte, a vida nua, não qualificada positivamente pelo soberano encontra seu núcleo político justamente em sua morte, esta é a insígnia política do *homo sacer*, ele só é incluído na política pelo seu caráter de matável. Essa *politização* do *homo sacer* faz com que ele não se confunda com o *zoé*, e muito menos com o *bíos*, ele é a zona cinzenta produzida pela relação de inclusão-exclusão em que se constitui. Como resulta do exposto, “do ponto de vista da soberania, *autenticamente política é somente a vida nua*.”<sup>128</sup>

Podemos observar que atualmente não há mais nenhuma distinção entre política (*Politik*) e polícia (*Polizei*), entre fundação do direito e conservação do direito, agora a

---

<sup>126</sup> *Idem*. Pg.84.

<sup>127</sup> *Ibidem*.

<sup>128</sup> *Ibidem*.

política é totalizante, a tutela da vida coincide com a luta contra o inimigo. Nesta conjuntura fértil para o fascismo uma figura ganha notoriedade, qual seja, a figura policial.

O mesmo processo que afeta os presos, em relação à disciplina e a (re)configuração identitária, afeta, ainda mais intensamente, os policiais, através de uma instituição conservadora, extremamente hierarquizada, que recruta seus agentes nas mesmas camadas sociais daqueles que são criminalizados, promovendo uma guerra autodestrutiva entre indivíduos pertencentes ao mesmo setor da população.

O corte de cabelo, a linguagem, o *uniforme* e o senso comum reacionário, beirando ao fascismo, é o que dá unidade a essa multiplicidade de homens *programados para matar*, que atiram em seu próprio espelho, que mergulham num universo insanável de contradições em suas atuações.

Entendemos, com Zaffaroni, que a *policização* é o “*processo de seleção, treinamento e condicionamento institucional ao qual se submetem os operadores das agências policiais.*”<sup>129</sup> Aqui vale todos os mecanismos disciplinares oficiais que expusemos ao tratar da prisão e dos presos. A instituição policial possui uma *tradição* que lhe empurra quase que involuntariamente a cerrar fileiras com o explorador, e essa *tradição* é constantemente reivindicada, como é o caso da ROTA em São Paulo, Ronda Ostensiva Tobias de Aguiar, cujo nome *homenageia* uma dos maiores ícones da barbárie brasileira. O brigadeiro Tobias de Aguiar foi o responsável pelo extermínio dos milhares de nordestinos em Canudos, conquistou fama sem glória, agora é patrono da polícia que continua matando os nordestinos e negros com o aval estatal.

Em todos esses casos ecoa a tragédia fundadora de Canudos. Em todos os casos a *vida nua* da população pobre brasileira é exposta com crueza pornográfica. O que mais nos estarrece é o eterno retorno da barbárie. O trauma provocado pelo genocídio não gera os anticorpos, não permite ao corpo social criar as defesas que impediriam uma nova tragédia. Vigário Geral ocorreu apenas meses após a Candelária. Nenhuma transformação na ação da polícia, nenhuma reforma judiciária, nenhuma consciência social organizada. Nenhuma cidadania parece interromper o ciclo louco do terrorismo de Estado. Terrorismo de Estado. É exatamente isto de que se trata mais uma vez. E segue uma lógica implacável.<sup>130</sup>

<sup>129</sup> ZAFFARONI et alli. *Op., cit.*

<sup>130</sup> PREGER, Guilherme. *Homo Sacer da Baixada*. Disponível em:



Entretanto, esse terrorismo estatal não se confunde em hipótese alguma com o *caos*, algum tipo de negação da ordem e do direito. O estado de exceção é sempre uma ordem estabelecida e ainda mais forte que a própria ordem do *nomos*. E não se trata aqui de oximoros como recurso estético ou como adorno pedante, mas sim de contradições inerentes à relação estabelecida entre os extremos, onde o não-direito preenche o direito na medida em que o (sub)traí, o *estado de exceção* prepara, inescrupulosamente, o *campo* da barbárie, o *campo* de Canudos, da Revolta da Chibata, de Auschwitz!

## 5.2. Biopolítica Humanitária.

Recentemente tornou-se público que cientistas estadunidenses, no ano de 1946 até 1948, inocularam doenças venéreas, sobretudo sífilis, em aproximadamente mil e quinhentos guatemaltecos, entre eles prostitutas, presos, portadores de deficiências mentais e soldados, sem que estes soubessem, para testar a eficiência de alguns medicamentos contra essas enfermidades.<sup>131</sup> Barack Obama desculpou-se perante Álvaro Colom, presidente atual da Guatemala, pelos fatos vergonhosos. Não houve um furor midiático, tampouco uma pulverização dessa informação, seguida ou não de uma reprovação. Novamente mataram os guatemaltecos, dessa vez os apagaram da história.

“Nos anos vinte, oitocentos detentos nos cárceres dos Estados Unidos haviam sido infectados com o plasmódio da malária na tentativa de encontrar um antídoto para o paludismo.”<sup>132</sup>

O que essas pessoas tinham em comum? Eram pessoas que não possuíam os atributos da existência humana, *abandonados* ou fugitivos do pacto social. Existem apenas para incomodar a ordem, habitam o gris que separa a morte da vida. Inumanos, meros viventes de uma vida severina, condenados à morte no *campo* árido de suas vidas secas, morrem sem motivo, sem celebração divina, sem punição terrena.

---

[http://www.novae.inf.br/pensadores/homo\\_sacer\\_baixada.htm](http://www.novae.inf.br/pensadores/homo_sacer_baixada.htm). Consultado em 23 de novembro de 2012.

<sup>131</sup> [http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/08/110829\\_sifilis\\_eua\\_guatemala\\_mm.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/08/110829_sifilis_eua_guatemala_mm.shtml).

Consultado em 06 de dezembro de 2012.

<sup>132</sup> AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer ... Op., cit.* Pg.152.

E se somos Severinos  
 iguais em tudo na vida,  
 morremos de morte igual,  
 mesma morte Severina:  
 que é a morte de que se morre  
 de velhice antes dos trinta,  
 de emboscada antes dos vinte  
 de fome um pouco por dia<sup>133</sup>

O lema do cristianismo “todos os homens são irmãos”, sem embargo, também significa que aqueles que não aceitam a irmandade *não são homens*.<sup>134</sup> O apelo do rosto do próximo<sup>135</sup> que, para Lévinas, interpela o observador numa urgência ética, fazendo-o “sentir” a vida do próximo na sua própria, numa expressão altruísta de amor, aqui, no *campo*, não se torna possível, pois se Lévinas reivindica o amor absoluto, ao Outro próximo, essa força volta, como nas leis da física, na mesma proporção contra o inimigo, contra o absolutamente Outro, em sua distância ou em sua inimizade. O mesmo precipício que separou o nazista do judeu (numa artificialidade bárbara) *deve* separar o judeu do nazista, e a separação reside justamente no rosto, no reconhecimento do inimigo. Essa dialética só pode ser interrompida pela justiça.

Perguntar-se de que maneira o animal humano separou-se de sua humanidade para restar somente animal e humano, *zoé e bíos*, para então reconduzir o processo histórico é mais importante do que meras afirmações ou reivindicações de direitos humanos que ecoam no vazio do *campo*. O filantropismo dos *homens de bem* novamente encontra seu lugar de destaque, na dialética da exclusão que determina seus traços. Essa ajuda benemérita aos congoleses, aos haitianos é a despolitização obscena da intervenção altruísta, o Outro não mais como objeto universal da política, mas sim como objeto particular da política soberana, isto é, uma separação radical entre direitos humanos e direitos do cidadão, entre filantropia e política, como afirma Agamben:

<sup>133</sup> MELLO NETO, João Cabral. *Morte e Vida Severina e outros poemas para vozes*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

<sup>134</sup> ZIZEK, Slavoj. *Reflexiones ... Op., cit.*

<sup>135</sup> LÉVINAS, Emmanuel. *Entre Nós: ensaio sobre alteridade*. Coordenador de tradução Pergentino Stefano Pivatto. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

A separação entre humanitário e político, que estamos hoje vivendo, é a fase extrema do deslocamento entre os direitos do homem e os direitos do cidadão. As organizações humanitárias, que hoje em número crescente se unem as organismos supranacionais, não pode, entretanto, em última análise, fazer mais do que compreender a figura humana na figura da vida nua ou da vida sacra, e por isto mesmo mantêm a contragosto uma secreta solidariedade com as forças que deveriam combater. (...) O Humanitário separado do político não pode senão reproduzir o isolamento da vida sacra sobre o qual se baseia a soberania, e campo, isto é, o espaço puro da exceção, é o paradigma biopolítico para o qual ele não consegue encontrar solução.<sup>136</sup>

O *homo sacer* de hoje, o palestino da faixa de gaza, o nordestino negro da periferia de São Paulo, é o objeto por excelência da biopolítica humanitária, não bastassem sua desumanidade aberrante, animalesca, bestial, ainda precisam ser sustentados pelos *homens de bem*. Nesse sentido, o bolsa-família é o anverso obscuro da política do extermínio. A politização exclusiva da vida nua severina em sua forma “positiva”. Não basta, como afirma Zizek, enumerar os exemplos atuais de *homo sacer*, temos que completar “completar essa lista com o lado humanitário: talvez os que são vistos como recipientes da ajuda humanitária sejam as figuras modernas do *homo sacer*.”<sup>137</sup>

O tratamento humanitário-caridoso desiguala a relação no enunciado, impossibilitando uma resposta do Outro, as mãos que procuram a resolução dos conflitos pelo humanitarismo cristão trabalham concomitantemente a favor do que acreditam combater. “A principal imagem do tratamento das “populações locais” como *Homo sacer* talvez seja a do avião de guerra voando sobre o Afeganistão: nunca se sabe se ele vai lançar bombas ou pacotes de alimentos.”<sup>138</sup>

<sup>136</sup> AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer ... Op., cit.* Pg.130.

<sup>137</sup> ZIZEK, Slavoj. *Bem Vindo ao Deserto do Real: cinco ensaios sobre o 11 de setembro e datas relacionadas*. Tradução: Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003. - (Estado de Sítio). Pg.111 e seguintes.

<sup>138</sup> *Idem*. Pg.114.

## 6. WALTER BENJAMIN: UM ANJO (DA HISTÓRIA) NA CIDADE DE DEUS OU *UM HOMO SACER NA PÓLIS SOBERANA!*

Na década de 1960, a partir de uma política de remoção e realocação de favelas, orquestrada pelo governo ditatorial de Carlos Lacerda, surgiu a Cidade de Deus. Vale lembrar que o processo de surgimento não adveio de uma espontânea vontade dos moradores, e sim de uma grande onda de incêndios criminosos - expediente de praxe na política de valorização imobiliária e higienização ainda massivamente utilizado pelo Estado brasileiro, vide os 34 incêndios ocorridos somente em São Paulo no presente ano.<sup>139</sup> Além das enchentes e do grande fluxo migratório, sobretudo da população nordestina em busca de melhores condições de vida.

Expulsaram-se, assim, os moradores para o *campo* (Cidade de Deus), onde tudo é “legal” e nada é ao mesmo tempo, para o *locus* privilegiado do estado de exceção, suspendendo o direito em relação àquele *bando* de ex-escravos. A violência endógena, a morte dos matáveis, não é punível, sobretudo quando eles mesmos se matam.

Mas dessa “ausência” de direito, no auge do *abandono*, a violência conservadora do direito, em sua atuação ambígua através da polícia (já que também funda o direito), descuidou-se, deixando que cada *homo sacer* morto fertilizasse, através de seu sangue, um esboço de um novo direito, o direito do “grande bandido” (de que nos falava Benjamin), que fascina e assusta, que se impõe mas não se liberta, que funda uma nova história, mas ainda sob o manto mitológico do poder.

Destarte, o *campo* é mantido no *abandono*, agora um *abandono* ainda mais totalizante já que nem o esboço do “novo direito” incipiente pode dar algum sentido para o sangue dos vencidos, dos matáveis-mortos.

O progresso desenvolvimentista que serve de supedâneo ideológico nas ciências,

---

<sup>139</sup> “É muita coincidência a existência de uma onda de incêndio em favelas paulistanas em um momento de enorme valorização imobiliária. E os incêndios ocorrem justamente nas proximidades das operações urbanas, nos locais mais cobiçados pelo mercado imobiliário.” Disponível in: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/68132-incendio-nas-favelas-e-valorizacao-imobiliaria.shtml>. Consultado em 05 de dezembro de 2012.

como fim último na política, como lema de nossa nação, deve ser visto, em termos benjaminianos, como uma enorme catástrofe, o trem do progresso está, desde a ocupação do território brasileiro (que o digam os índios), nos levando para o precipício da história, ao encontro das grandes barbáries, dos genocídios (negros e índios) aos extermínios institucionais como o Carandiru.

Existe um quadro de Klee intitulado “Angelus Novus”. Nele está representado um anjo, que parece estar a ponto de afastar-se de algo em que crava seu olhar. Seus olhos estão arregalados, sua boca está aberta e suas asas estão estiradas. O anjo da história tem de parecer assim. Ele tem seu rosto voltado para o passado. Onde uma cadeia de eventos aparece diante de nós, ele enxerga uma única catástrofe, que sem cessar amontoa escombros sobre escombros e os arremessa a seus pés. Ele bem que gostaria de demorar-se, de despertar os mortos e juntar os destroços. Mas do paraíso sopra uma tempestade que se emaranhou em suas asas e é tão forte que o anjo não pode mais fechá-la. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, para o qual dá as costas, enquanto o amontoado de escombros diante dele cresce até o céu. O que nós chamamos de progresso é essa tempestade.<sup>140</sup>

O progresso, para Benjamin, é uma pá de terra na cova dos mortos, já a história tem a missão de ressuscitar *profanamente* os mortos e alistá-los na luta do presente. Os escombros que o anjo vê aos seus pés são o conjunto dos massacres da Candelária, Vigário Geral, El Dorado dos Carajás, Carandiru, Palmares. Trata-se agora de interromper a tempestade que alaga o *campo*, juntar os escombros, os corpos mortos nessa massacre para que possamos ressuscitá-los, e nessa empreitada homérica não há anjo que nos salve, somente a ruptura total da ordem estabelecida pode salve esse anjo da história perdido na Cidade de Deus.

A relação com o passado implica, para nós, uma relação de atualização, pois parte sempre de uma interpretação que o presente faz do passado, a qual é crítica, complexa e, sobretudo, de relevância política. Neste sentido, o passado é construído não como realidade acabada, não como objeto estático e esgotado, mas sim como objeto apropriável porque dinâmico e mutável, sendo produto do acontecido e das demandas, interrogações e interpretações que o presente faz a si mesmo. Não há um passado objetivo, neutro, que possamos, através de um olhar científico e totalizante, reconstruir, pois fazemos política com

---

<sup>140</sup> IX tese sobre o conceito de história in: LOWY, Michael. *Walter Benjamin: Aviso de Incêndio: Uma leitura das teses “Sobre o Conceito de História”*. Tradução de Wanda Nogueira Caldeira Brant, [tradução das teses] Jeanne Marie Gagnebin, Marcos Lutz Muller. São Paulo: Boitempo, 2005. Pg.87.

o passado <sup>141</sup>. Essa apropriação do passado que reivindicamos não nega a existência material da época citada, aquilo que não se pode mudar sem negar a própria história, o núcleo de permanência, o que Benjamin denomina “a verdade do acontecido” (por isso falar em atualização do acontecido).

Todo passado devolve, portanto, as marcas da injustiça, escravidão, guerras, colonização, dor, mas também nos recorda de seus impulsos redentórios, seus desejos postergados, suas lutas inconclusas. Para compreender e reivindicar esse passado deve-se negar o axioma “ordem e progresso”, ler o lugar da dor, do sofrimento, daqueles que caíram no esquecimento ao serem devastados pela tempestade aterradora do progresso. A rememoração histórica dos vitimados é que pode tornar inacabado o sofrimento aparentemente definitivo das vítimas do passado. O anão <sup>142</sup> não é mais teológico, no sentido daquele que prepara a vinda, pois nós já aqui estamos, presença da não presença que deve constituir o presente. Não há o Messias, nós o somos. A nós também foi dada uma parcela fraca de poder messiânico pela história dos oprimidos a fim de redimir o passado.

Cabe à história iluminar os cadáveres das valas comuns do cotidiano, uma vez que somente assim se poderá invocá-los para a luta no presente, luta que pode ser vitoriosa e redentora. O progresso é uma pá de terra na cova dos mortos. A história tem a missão de ressuscitar profanamente os mortos e alistá-los na luta do presente: “O marxismo não tem sentido se não for também o herdeiro e o executante testamentário de vários séculos de luta e de sonhos de emancipação” <sup>143</sup>. Trata-se de uma relação dialética entre o hoje e o ontem, pela qual o presente dá cognoscibilidade ao passado <sup>144</sup>, e este, quando compreendido, dá a força messiânica necessária para o êxito da luta presente. Os mortos fazem-se ouvir, o sangue

---

<sup>141</sup> Interessante é observar que a cultura dos oprimidos reconheceu essa política muito antes que a cultura acadêmica, a música “Palmares 1999” do grupo Natiruts demonstra tal entendimento: “A cultura e o folclore são meus / Mas os livros foi você quem escreveu / Quem garante que palmares se entregou / Quem garante que Zumbi você matou / Perseguidos sem direitos nem escolas / Como podiam registrar as suas glórias / Nossa memória foi contada por vocês / E é julgada verdadeira como a própria lei / Por isso temos registrados em toda história / Uma mísera parte de nossas vitórias / É por isso que não temos sopa na colher / E sim anjinhos pra dizer que o lado mal é o candomblé”.

<sup>142</sup> Faz-se referência ao anão teológico que anima o materialismo histórico na partida de xadrez descrita por BENJAMIN em sua primeira tese sobre o conceito de história.

<sup>143</sup> LÖWY, Michel. *Aviso de incêndio*, p.57.

<sup>144</sup> A tarefa do presente, enquanto momentaneidade, tempo do acontecer, é construir um elo de cognoscibilidade entre presente e passado, pois a história pode nos escapar se não nos reconhecermos nela.

cifrado pelas derrocadas de outrora ganha significado novo no corpo dos que se sublevam hoje. Dessa forma a luta pelo passado é, antes de tudo, uma luta atual e política, pois aqueles que vencem não escravizam só os oprimidos de hoje, mas reafirmam a espoliação dos que já morreram.

O olhar, ao contrário da filosofização ocidental, não é o sentido da especulação, mas apenas uma das vias de construção/destruição da experiência. A solidariedade passa também por corpos, corporifica, naquele que responde à interpelação da alteridade, o Outro, momento em que passa a responder *como* Outro. Todo o ser está em jogo. As vias para o futuro, assim, para sua abertura e possibilidade de *presentificação*, não mais visto como o Abstrato que consome nossa existência, dão-se pela redenção e reescrita do passado, da história, o que se faz na ação presente.

O estado de exceção se apresenta como regra, cabendo a nós uma correspondência que virá como uma interrupção no *continuum* da história através do laço dialético entre presente e passado e que se dará através de uma violência pura, divina. Se o anjo da história estiver olhando para frente, o amontoado de corpos e escombros será em vão. A luta terá um recomeço a cada derrota. Estamos no inferno, Sísifos que se amontoam em um incessante trabalho que progressivamente aumenta, e sempre recomeça a cada jornada, conforme os encantos do canto do progresso: a sobrevivência mais imediata, combinada com falsas necessidades, aperfeiçoa a mutilação sensorial dos dominados. A história das derrotas deve nos ensinar que, no momento de perigo, de luta e de crise do sistema vigente, as armaduras dos antepassados pesam nos ombros dos homens do presente <sup>145</sup>. Aqueles são convocados (e invocados) para esta guerra que ainda não acabou. Apesar de terem perdido inúmeras batalhas, a guerra (a barbárie) ainda persiste. Quando o oprimido fala, a voz que sai de sua

---

<sup>145</sup> Sabia Marx que o passado atualiza o presente e delimita as condições do próprio atuar, de acordo com a filosofia da práxis, o que não deixou de expressar, apesar de suas ressalvas de homem ilustrado no progresso, na sua principal obra histórica, *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*: “Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade, em circunstâncias escolhidas por eles próprios, mas nas circunstâncias imediatamente encontradas, dadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas pesa sobre o cérebro dos vivos como um pesadelo. E menos quando estes parecem ocupados a revolucionar-se, a si e às coisas, mesmo criar algo de ainda não existente, é precisamente nessas épocas de crise revolucionária que esconjuram temerosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomam emprestados os seus nomes, a suas palavras de ordem de combate, a sua roupagem, para, com esse disfarce de velhice venerável e essa linguagem emprestada, representar a nova cena da história universal” (MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, p. 207-208).

boca é a voz de milhões que se afogaram no próprio sangue, e que, por isso, se tornaram inaudíveis diante do discurso e linguagem sistêmicos.

A história como acúmulo de injustiças, sofrimentos, degradações e espoliações não conta com um ponto de saturação, ela já é saturada. Uma vez estabelecida essa relação de cognoscibilidade (percebendo a história como *sua* história), a esfera de decisão surge em sua radicalidade, o que também revela uma cisão. A *de-cisão* manifesta-se na resposta ao chamado do Outro, o que implica lutar ao seu lado, na sua miséria, ou não, o que acaba por apontar a cisão existente que separa os amigos dos inimigos <sup>146</sup>. O Outro, enquanto inimigo da Totalidade, é aquele que rompe a cadeia de identificação (afetiva) por ela fundada. Mais do que nos abirmos à voz do Outro, estabelecendo uma espécie de diálogo que se orienta por uma comisseração da ordem de um utilitarismo moral, devemos possibilitar que ele exprima o impronunciável, fruto da experiência.

Essa cólera transposta em discurso refere-se ao opressor como objeto e não como irmão, pois se pretende criar um verdadeiro estado de exceção que corresponda à realidade vivida pelos oprimidos <sup>147</sup>. A violência sairá do território sacro-diabólico para servir profanamente aos ideais redentores daqueles que ganham sua voz enquanto o sangue do algoz escorre: é um processo duplamente vitorioso, ao mesmo tempo em que morre o algoz nasce o ser <sup>148</sup>, por isso:

---

<sup>146</sup> Aqueles que procuram a expiação no conflito estão ao lado do inimigo. A boa intenção não salva – nem diante da mais intensa convicção, nem do vazio obrar objetificado.

<sup>147</sup> “Creio que se deva dizer que o ódio contra o explorador e a opressão é, mesmo êle, uma elemento humano e humanista. É verdade: no curso de uma movimento revolucionário, desenvolve-se indubitavelmente uma forte carga de ódio, que, ademais, é indispensável à causa, porque sem ela a libertação não seria sequer possível. Por outro lado, nada é mais repugnante do que a pregação pietista, ‘não odeie o teu adversário’, pronunciada em um mundo no qual o ódio é inclusive institucionalizado. No próprio curso do processo revolucionário, êsse ódio pode naturalmente transformar-se em crueldade, em brutalidade e em terror. Mas o limite entre o ódio e suas degenerescências é terrivelmente incerto. Sobre êsse assunto, não posso dizer senão o seguinte: uma de nossas tarefas consiste, precisamente, em impedir – na medida do possível – uma tal transformação, ou seja, demonstrar como a brutalidade e a crueldade pertencem ao sistema repressivo e como a luta de libertação não tem a menor necessidade dessa transformação do ódio em sentimentos tão deteriorados. Pode-se golpear, pode-se vencer um adversário, sem que para isso seja necessário cortar-lhe as orelhas ou as pernas ou torturá-lo”. MARCUSE, Herbert. *O fim da utopia*, p. 41.

<sup>148</sup> SARTRE, Jean Paul. *Prefácio*. In: Fanon, Frantz. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: Edição UFJF, 2005. Pg. p. 39.



Sem ideais não há nem liberação nem resistências às piores formas da violência, sobretudo não há violência *coletiva* (uma resistência que não fora coletiva seria apenas uma resistência); e, não obstante, não pode haver nenhuma garantia concernente ao ‘bom uso’ e ao ‘mau uso’ dos ideais. Digamos melhor: há, certamente, graus na violência que acompanha a formulação e execução dos ideais, mas não um grau zero. Não há, pois, não violência. Isso é o que não deveríamos esquecer enquanto nos levantamos contra os excessos de violência em suas diferentes formas.<sup>149</sup>

Aqui fica clara a cisão, de um lado o instituído, o posto, e as formas de instituição de uma nova dominação, e de outro a destruição do que aí está, sem promessas futuras, já que é ela mesma a realização da promessa: é a violência pura que governa, e não a violência que serve de instrumento de governo. Essa violência revolucionária, na problematização de sua presença, parece-nos distante e nublada, já que o campo de atuação e prática para o qual ela é voltada não consegue fazer traduzir a sua linguagem sem destruí-la: não há fundamentação fora do experienciado, fora da história, fora dos que estão fora.<sup>150</sup>

---

<sup>149</sup> BALIBAR, Étienne. *Violencia: idealidad y crueldad*. In: Polis, Revista de la Universidad Bolivariana [online], 2008. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=30501916>>. Acesso em 05 de dezembro de 2012. Pg. 14. Tradução nossa.

<sup>150</sup> FREITAS JR. Renato de Almeida. CORDEIRO, Roan Costa. *Op., cit.*

## 7. À GUIA DE CONCLUSÃO

Após retirarmos as camadas que encobrem a realidade jurídica, enxergando-a em sua nudeza pornográfica, abjeta e obscena, percebemos que o direito não é “expressão sócio-cultural, mecanismo civilizado de organização social, ou mesmo instrumento sofisticado de resolução de conflitos”, o direito é, em verdade, expressão de uma violência dominadora que nos permite decodificar o sangue dos vencidos.

O nascimento do Estado moderno, como nos demonstrou Foucault, foi precedido pela guerra, mas não a guerra imaginária, e muitas vezes hipostasiada, dos clássicos contratualistas, e sim guerras *reais* como, por exemplo, a da Bósnia, que resultou numa nova configuração territorial/estatal dos países balcânicos.

Las leyes nacieron em medio de expediciones, de conquistas, de ciudades incendiadas. La guerra, además, continúa agitándose también en los mecanismos de poder, o por lo menos constituye el motor secreto de las instituciones, las leyes y el orden. Por detrás de los ouvidos, las ilusiones o las mentiras que nos hicieron creer en necesidades naturales o en exigencias funcionales del orden, se debe encontrar la guerra: la guerra es la cifra de la paz.<sup>151</sup>

Somente a exterioridade possibilita-nos ver o “sangue seco” presente nos códigos, e esta constatação não salva os *bons*, pois quando se reivindica “mais direito”, ou o “*meu* direito”, se está a fortalecer o direito, em uma secreta aliança com os opressores. Enfrentamos aí uma aporia que funda o direito e que lhe dá dinâmica, todos querem um *direito* mais *justo* sem saberem o que é *justiça* ou *direito*, e, sobretudo, sem desconfiarem de sua incompatibilidade.

*Busca sin duda hacer valer el derecho, pero se trata de su derecho, de un derecho personal, marcado por una relación de conquista, de dominación, o de antigüedad: derechos de la raza, derechos de las invasiones triunfantes o de las ocupaciones milenarias. Y si también habla de la verdad, será de esa verdad perspectiva y estratégica que le permite obtener la victoria. (...) Se trata de establecer un derecho marcado por la asimetría, y que funcione como privilegio a mantener o a restablecer; se trata de hacer valer una verdad que funcione como un arma. Para el*

<sup>151</sup> FOUCAULT, Michel. *Genealogia del Racismo*. Traducción: Alfredo Tzveibel. Editorial Altamira. Buenos Aires. 2008. Pg.216.

*sujeto que sostiene semejante discurso, la verdad universal y el derecho general son ilusiones o trampas.*<sup>152</sup>

Já havia nos alertado Benjamin em “Para uma crítica da violência” (Zur Kritik der Gewalt) que a *violência jurídica* (a que funda e conserva o direito) é sempre uma violência mediadora, instrumentalizada, e por isso lançada no abismo da incompreensão enquanto fenômeno autônomo e independente da realidade jurídica. Para o autor, o jusnaturalismo analisa a conformidade da violência com o fim a que se destina, se o fim for justo a violência é justa, contudo, tal método põe o fenômeno da violência como sombra espectral do juízo sobre a *justiça*, e assim continuamos a desconhecer as características da própria violência. Já o juspositivismo incorre no mesmo erro, em sua versão simétrica, já que só consegue analisar a legalidade dos meios, e não a justiça dos fins, fazendo com que a justiça dos fins seja garantida pela justificação dos meios.

Tais correntes não podem resolver o problema porque se o direito positivo é cego para a incondicionalidade dos fins, o direito natural é cego para o condicionamento dos meios. “O direito natural reduz o justo ao ajustado, confunde justiça com necessidade. O direito positivo reduz o justo ao legal, confunde a justiça com a lei.”<sup>153</sup> Somente do ponto de vista da filosofia da história podemos compreender a questão.

Há no direito uma dialética da violência fundadora e a conservadora, esta é uma representação daquela, uma repetição da violência primeira que não se contenta somente em representá-la, ela, também, funda um pouco da nova ordem a cada nova aparição. “A representação da violência posicionante, no entanto, acarreta a decadência daquilo que é representado; a violência posicionante debilita sua representação precisamente porque apenas a mantém.”<sup>154</sup> Neste sentido toda imposição jurídica é solapada pela própria inversão interna, isto é, a conservação quando é convocada a realizar a fundação, funde-se e confunde-se com ela em alguma medida, até que uma nova fundação se dê a partir de um momento em que a primeira tenha que lutar pela sua existência ou que a segunda dê o golpe mortal.

<sup>152</sup> *Idem*. Pg.218.

<sup>153</sup> AVELAR, Idelber. *Figuras da Violência: ensaios sobre narrativa, ética e música popular*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. Pg.93-94.

<sup>154</sup> BENJAMIN, Andrew *et al.* *A Filosofia de Walter Benjamin: destruição e experiência*. Tradução, Maria Luiza X. De A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed.,1997. Pg.124.

“Consequentemente, não há fundação pura ou instauração pura do direito, portanto pura violência fundadora, assim como não há violência puramente conservadora(...). Há somente uma *contaminação diferencial* entre as duas.”<sup>155</sup>.

É justamente essa *contaminação diferencial* apontada por Derrida que permite Benjamin afirmar que há algo de podre no direito. E do mesmo modo que a execução do direito pela arma do policial *funda um direito*, a arma subversiva na mão do traficante ameaça, como qualquer outra violência, *fundar um novo direito*. Por isso há o tipo penal do “exercício arbitrário das próprias razões”, porque o direito não admite uma violência concorrente, mesmo que a “pretensão seja *legítima*”.

Deste modo, Benjamin utiliza o grande bandido e a greve como ameaças violentas ao direito, o primeiro pelo fascínio que causa, evidenciando o direito existente e propondo espetacularmente um novo direito, mesmo que, por ventura, fundado em outros mitos como é o caso dos *nossos* traficantes. Já a greve geral revolucionária não se fundamenta em nenhum mito, é violência pura, não mediatizada, é a própria expressão da justiça, visa inaugurar uma ordem a partir da destruição desta, ou melhor, a destruição desta já é uma ordem, é *kairos* irrompendo no mundo de *chronos* a partir da fenda do “tempo de agora” (*Jetztzeit*).

Isto nos aproxima do que Benjamin chamava de violência divina (ou violência pura), que não pode ser reconhecida como tal, mas somente em seus efeitos, que faz parte da ordem do acontecimento e não do ser. Longe de obscurantizarmos a ideia de violência pura numa retórica pedante, podemos ver, a título de exemplo, a violência divina em processos históricos reais como *Canudos*, *Palmares*, *Spartacus*, onde a distinção meio-fim não existia, nenhuma fundamentação mítica do poder subsistia como discurso legitimador da dominação, porque simplesmente não havia dominação nessa *passagem ao ato*.

Así como en todos los campos Dios se opone al mito, de igual modo la violencia mítica se opone la divina. La violencia divina constituye en todos los puntos la antítesis de la violencia mítica. Si la violencia mítica funda el derecho, la divina lo destruye; si aquella establece límites y confines, ésta destruye sin límites; si la violencia mítica culpa y castiga, la divina exculpa; si aquella es tonante, ésta es fulmínea; si aquella es sangrienta, ésta es letal sin derramar sangre.<sup>156</sup>

<sup>155</sup> DERRIDA, Jacques. *Força de Lei: o fundamento místico da autoridade*. Tradução Leyla Perron-Moisés. 2º ed. São Paulo: Editora: WMF Martins Fontes, 2010. Pg.91.

<sup>156</sup> BENJAMIN, Walter. *Ensayos ... Op., cit.* Pg.176.

Desta sorte não conseguimos visualizar uma hipótese em que apenas o direito penal, ponta-de-lança do ordenamento jurídico, seja abolido, uma vez que se ele cair a ordem cai, ou seja, o *sistema penal* é a própria *espírito* da ordem. A luta genuína deve ser pela destruição do direito. Não nos iludamos, o direito penal do inimigo, o direito penal subterrâneo, a polícia que atua “fora” do direito exterminando o *homo sacer* nos *campos* não é novidade, e por isso não pode ser objeto de surpresa, visto como excrescência de um sistema *democratizável*. Esta *guerra particular*, entre oprimidos e opressores, de que temos *notícia*, não foi inaugurada acidentalmente, como um antidireito, senão vejamos:

Tomemos o exemplo da polícia, esse índice de uma violência fantasmagórica porque mistura a fundação e a conservação, tornando-se, por isso, ainda mais violenta. Pois bem, a polícia que assim capitaliza a violência não é apenas a polícia. Ela não consiste somente em agentes policiais fardados, às vezes com capacetes, armados e organizados numa estrutura civil de modelo militar, à qual é recusado o direito de greve etc. Por definição, a polícia está presente ou representada em toda parte onde há força de lei. Ela está presente, às vezes invisível mas sempre eficaz, em toda parte onde há conservação da ordem social. A polícia não é apenas a polícia (hoje mais ou menos do que nunca), ela está ali, figura sem rosto de um *Dasein* coextensivo ao *Dasein* da *pólis*.<sup>157</sup>

E advirtamos: O otimismo ingênuo de quem confia nas contradições entre relações de produção e forças produtivas contribui para a derrota dos vencidos tanto quanto quem acredita que a longa marcha institucional na luta por direitos irá instaurar o reino da justiça, ou ao menos abreviar o reino da barbárie.

Os revolucionários alimentados pela certeza de que não haverá revolução, acomodados na aconchegante antessala da espera infindável, marxistas na teoria e fukuyamistas na prática, prestam um grande desserviço aos propósitos de mudança, compactuam cinicamente com a *correnteza “inevitável” da história*. O qualitativo do tempo é *fazer justiça*<sup>158</sup>, não por outra razão escreveu Benjamin:

<sup>157</sup> DERRIDA, Jacques. *Op., cit.* Pg.102-103.

<sup>158</sup> ADORNO, Theodor. *Observações sobre o Pensamento Filosófico*. In Palavras e sinais: modelos críticos 2. Tradução Maria Ruschel. Petrópolis: Vozes, 1995. Pg.23.

(...) Na realidade, não há um só instante que não carregue consigo a *sua* chance revolucionária – ela precisa apenas ser definida como uma chance específica, ou seja, como chance de uma solução inteiramente nova em face de uma tarefa inteiramente nova. Para o pensador revolucionário, a chance revolucionária própria de cada instante histórico se confirma a partir da situação política. Mas ela se lhe confirma não menos pelo poder-chave desse instante sobre um compartimento inteiramente determinado, até então fechado, do passado. A entrada nesse compartimento coincide estritamente com a ação política; e é por essa entrada que a ação política, por mais aniquiladora que seja, pode ser reconhecida como messiânica. (A sociedade sem classes não é a meta final do progresso na história, mas, sim, sua interrupção, tantas vezes malograda, finalmente efetuada.)<sup>159</sup>

O tempo para os que estão fora é sempre tempo de urgência, sempre realidade de exceção, cuja premência é descarrilar o trem do progresso para estancar a milenar hemorragia que fertiliza o *campo* (extra)jurídico. *O tempo que dura um minuto depende de que lado da porta do banheiro você está*, se você analisa a dor e o sofrimento sem senti-la<sup>160</sup> então você nunca saberá o que é estar do lado de fora da porta do banheiro ou, kafkianamente, do lado de fora da suntuosa porta da lei.

---

<sup>159</sup> XVIIIa tese sobre o conceito de história in: LOWY, Michael. *Walter Benjamin: Aviso de Incêndio... Op., cit.* Pg.134.

<sup>160</sup> Aquele que estuda a criminologia *desapaixonadamente* está, em certa medida, reproduzindo as atrocidades que a servem de objeto. “A razão produz monstros” quando se promove o divórcio entre o cérebro e o resto do corpo. Em entrevista recente Eduardo Galeano defendeu um pensar com as vísceras, com o fígado, com o coração, argumentando que um “intelectual” é uma cabeça fria que transita indiferente no mar das emoções. No final desta empreitada a única coisa que esperamos é não ser confundido com um *intelectual*.

## BIBLIOGRAFIA

ADORNO, Theodor. *Observações sobre o Pensamento Filosófico*. In Palavras e sinais: modelos críticos 2. Tradução Maria Ruschel. Petrópolis: Vozes, 1995.

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: O Poder Soberano e a Vida Nua I*. Tradução de Henrique Burigo. 2.ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

AVELAR, Idelber. *Figuras da Violência: ensaios sobre narrativa, ética e música popular*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

BALIBAR, Étienne. *Violencia: idealidad y crueldad*. In: Polis, Revista de la Universidad Bolivariana [online], 2008. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=30501916>>. Acesso em 20 de jul 2011.

BATISTA, Vera Malaguti. *O Medo na cidade do Rio de Janeiro: Dois tempos de uma história*. Rio de Janeiro: Revan, 2003

BATISTA, Nilo. *Introdução crítica ao direito penal brasileiro*. Rio de Janeiro: Revan, 1o.ed, setembro de 2005.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Holocausto*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, p.119.

BENJAMIN, Andrew *et al.* *A Filosofia de Walter Benjamin: destruição e experiência*. Tradução, Maria Luiza X. De A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed.,1997.

BENJAMIN, Walter. *Ensayos Escogidos*. Seleccionados por H. A. Murena. 1ª Edição – Buenos Aires: El cuenco de plata, 2010.

BIONDI, Karina. *Junto e Misturado: Uma etnografia do PCC*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Tradução Fernando Tomaz (português de Portugal) – 12ªed. - Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2009.

BRECHT, Bertolt. *Poemas 1913-1936*. Tradução de Paulo Cesar de Souza. Editora 34. 2003.

BRECHT, Bertolt. *Histórias do Sr. Keuner*. Tradução de Paulo César de Souza. - São Paulo: Ed. 34, 2006.

CORDEIRO, Roan Costa e FREITAS JR, Renato de Almeida. *Cale-se: Violência e Linguagem na Era da (In)Tolerância*. In *Captura Críptica* n.3, vol.2, jan/jun. 2012. RevistaDiscente do Curso de Pós Graduação em Direito da UFSC

COSTA, Jurandir Freire. *Violência e Psicanálise*. Rio de Janeiro. Edições Graal. 3.ed, 2003.

DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro. Editora Contraponto, 1977.

DERRIDA, Jacques. *Força de lei: o fundamento místico da autoridade*. 2º ed. - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010

DINIZ, Maria Helena. *Curso de Direito Civil Brasileiro*, Vol.1: Teoria geral do Direito Civil. - 26. ed. Reformulada. - São Paulo: Saraiva, 2009.

DURKHEIM, Emile. *As regras do método sociológico*. Martin Claret. 1.ed. 2001,

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: Edição UFJF, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. 34 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

FOUCAULT, Michel. *Genealogia del Racismo*. Traducción: Alfredo Tzveibel. Editorial Altamira. Buenos Aires. 2008.

FREITAS JR. Renato de Almeida. *A Mutação Antropológica: Uma Crítica à Tecnologia da Alma*. Anais da Jornada de Iniciação Científica. UFPR, 2010/2011.

GALEANO, Eduardo. *O livro dos abraços*. Porto Alegre: L&PM, 2002.

GALEANO, Eduardo. *Nós dizemos não*. Rio de Janeiro: Revan, 1990.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios Prisões e Conventos*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4.ed. -Rio de Janeiro: LTC, 2008,

LABICA, Georges. Disponível em: [http://resistir.info/franca/labica\\_violencia\\_intro.html](http://resistir.info/franca/labica_violencia_intro.html).

LÉVINAS, Emmanuel. *Entre Nós: ensaio sobre alteridade*. Coordenador de tradução Pergentino Stefano Pivatto. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LINCK, José Antônio Gerzson. *A criminologia nos entre-lugares: Diálogos entre inclusão violenta, exclusão e subversão contemporânea*. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2010.



LOWY, Michael. *Walter Benjamin: Aviso de Incêndio: Uma leitura das teses "Sobre o Conceito de História"*. Tradução de Wanda Nogueira Caldeira Brant, [tradução das teses] Jeanne Marie Gagnebin, Marcos Lutz Muller. São Paulo: Boitempo, 2005

MARCUSE, Herbert. *O fim da utopia*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969

MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. In: GIANNOTTI, J.A (Org.). *Os pensadores*. 3ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

MATOS, Olgária. *Cerimônias da Destruição in: Civilização e Barbárie*. Organizado por Adauto Novaes. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. Pg.281

MELLO Neto, João Cabral . *Morte e Vida Severina e outros poemas para vozes*. 4º edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

MELOSSI, Dario e PAVARINI, Massimo. *Cárcere e Fábrica - As origens do sistema penitenciário (séculos XVI-XIX)*. Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2006. (Pensamento Criminológico; v.11).

MIAILLE, Michel. *Introdução Crítica ao Estudo do Direito*. Editora Estampa, 2005. 3ed.

MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. *A concepção Marxista de Estado: Considerações sobre antigos debates com novas perspectivas*. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/cuba/if/marx/documentos/22/A%20Concep%E7%E4o%20marxista%20de%20estado....pdf>.

NAVES, Márcio Bilharinho. *Marxismo e Direito: Um Estudo sobre Pachukanis*. São Paulo: Boitempo, 2008.

PACHUKANIS, Eugênio. *Teoria Geral do Direito e Marxismo*. São Paulo: Editora Acadêmica, 1988.

PARSONS, Talcott. *The social system*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1970,.

PREGER, Guilherme. *Homo Sacer da Baixada*. Disponível em: [http://www.novae.inf.br/pensadores/homo\\_sacer\\_baixada.htm](http://www.novae.inf.br/pensadores/homo_sacer_baixada.htm)

RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. *Punição e estrutura social*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1999.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. *Filosofia da Práxis*. 1ªed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, Brasil, 2007.

SANTOS, Juarez Cirino dos. *A criminologia radical*. 3.ed. - Curitiba: ICPC: Lumen Juris, 2008.

THEODORO JR, Humberto. *Curso de Direito Processual Civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

THORSTEN Sellin, *Cultur Conflict and Crime*, Nueva York: Social Scince Research Council, Boletín, 41, 1938.

ZAFFARONI, Eugênio Raúl. *Em busca das penas perdidas*. Rio de Janeiro, Revan, 1991.

ZAFFARONI; BATISTA; ALAGIA; SLOKAR; *Direito Penal Brasileiro: Primeiro Volume, Teoria Geral do Direito Penal*. Rio de Janeiro: Revan, 2003, 3ªed, novembro de 2006.

ZIZEK, Slavoj. *Sobre la Violencia: seis reflexiones marginales*. 1ªed. Buenos Aires: Paidós, 2010.

ZIZEK, Slavoj. *Bem Vindo ao Deserto do Real: cinco ensaios sobre o 11 de setembro e datas relacionadas*. Tradução: Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003. - (Estado de Sítio).

ZIZEK, Slavoj. *Como ler Lacan*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

WACQUANT, Loic. *As duas faces do gueto*. São Paulo: Boitempo, 2008.